

cies _iscte

Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Inquérito às Condições Socioeconómicas e Académicas dos Estudantes do Ensino Superior, 2023

Participação nacional no Projeto EUROSTUDENT VIII
“O primeiro inquérito europeu pós-pandémico”

Relatório Nacional

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES_Iscte

Maio 2024

• • •



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Inquérito às Condições Socioeconómicas e Académicas dos Estudantes do Ensino Superior, 2023

EUROSTUDENT VIII

ELABORAÇÃO DO ESTUDO:

Susana da Cruz Martins (Coord.)

Bernardo Machado

Rosário Mauritti

Pedro Ramos (consultor)

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

PROMOÇÃO DO ESTUDO: DGES - Ministro da Educação, Ciência e Inovação

Lisboa, maio de 2024*

*Versão final (revista).



Referência (para citação):

Martins, S.C. (Coord.), B. Machado, e R. Mauritti (2024), *Inquérito às Condições Socioeconómicas e de Estudo dos Estudantes do Ensino Superior, 2023*, Lisboa, CIES_Iscte e DGES- Ministro da Educação, Ciência e Inovação

Índice

FICHA TÉCNICA.....	3
Índice de quadros e figuras.....	7
ENQUADRAMENTO DO ESTUDO.....	17
O Projeto Europeu e a participação nacional no EUROSTUDENT (VIII)	17
Estudantes do ensino superior em Portugal: experiências, trajetos e condições de vida e estudo	18
Operacionalização da pesquisa	20
Procedimentos de recolha de informação	20
Desvios amostrais e definição e construção do ponderador	21
Indicadores propostos no âmbito do Projeto EUROSTUDENT VIII: construção e validação	24
Capítulo 1. QUEM SÃO OS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR? Caracterização e dinâmicas sociais e demográficas	25
1.1 Caracterização demográfica daqueles que acedem e frequentam o ES	25
1.2 As origens sociais.....	30
1.3 Contextos de residência	35
1.4 A experiência de imigração no ensino superior.....	38
1.5 Ser estudante e ter uma necessidade específica.....	40
Capítulo 2. (IR) ESTUDAR NO ENSINO SUPERIOR.....	43
2.1 O acesso e a transição para o ensino superior.....	43
2.2 Percursos no ensino superior	46
2.3 Experiência internacional na formação	48
2.4 Experiências de trabalho: impactos no acesso e no desenvolvimento da formação	49
Capítulo 3. DESPESAS E CUSTOS DE VIDA DOS ESTUDANTES.....	53
3.1 Despesas dos estudantes	53
3.1.1 Montantes totais.....	53
3.1.2 Custos de vida	54
Custos com alojamento	57
Custos com alimentação	58
Custos com transportes	60
Custos com comunicações	62
Custos com saúde.....	63
Custos com atividades sociais e de lazer.....	65

Outros custos de vida.....	66
Custos de vida (despesas com no dia-a-dia) e despesas totais	68
3.2 Despesas dos estudantes que vivem com os pais	70
3.2.1 Montantes totais dos estudantes que vivem com os pais	70
3.2.2 Custos de vida dos que vivem com os pais	71
3.3 Despesas gerais dos estudantes que não vivem com os pais.....	71
3.3.1 Montantes totais do que não vivem com os pais	71
3.3.2 Custos de vida dos estudantes deslocados e dos estudantes em casa própria.....	73
Custos com alojamento	73
Custos com alimentação	75
Custos com transportes	77
Custos com comunicações	77
Custos com saúde.....	78
Custos de vida.....	79
3.4 Custos com os estudos	79
Custos com propinas	79
Custos com materiais de estudo	82
Totais, atividades relacionadas com o estudo	82
Capítulo 4. RENDIMENTOS E APOIOS PÚBLICOS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	83
4.1 Rendimentos gerais dos estudantes.....	83
4.2 Fontes e tipos de rendimentos dos estudantes	85
As principais componentes: família, trabalho e estado	85
Rendimentos e recursos da família e do trabalho	88
4.3 Rendimentos e apoios públicos	92
4.3 Medidas de desigualdade de rendimentos e recursos	95
Capítulo 5. EMPREGO E ORÇAMENTO DE TEMPOS.....	99
Capítulo 6. AVALIAÇÕES DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR.....	107
6.1 Condições e relações educativas: percepções e avaliações dos estudantes ..	107
6.2 Digitalização na educação	111
Capítulo 7. MOBILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	113
Capítulo 8. SAÚDE E BEM-ESTAR: serviços e proteção	119
Capítulo 9. EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO.....	123
Referências bibliográficas	127

Índice de quadros e figuras

Enquadramento do Estudo

Figura 1 Inscritos em estabelecimentos de ensino superior no 1.º ano, pela 1.ª vez - 1995/1996 a 2022/2023	19
Figura 1 Desenho do ponderador.....	21
Quadro I <i>Idade</i> : dados institucionais, na amostra, e na amostra com ponderador, no ano letivo de 2022/23 (n e %)	22
Quadro II <i>Taxa de bolseiros</i> : dados institucionais, na amostra, e na amostra com ponderador, no ano letivo de 2022/23 (n e %)	22
Quadro III <i>Sexo</i> : dados institucionais, na amostra, e na amostra com ponderador, no ano letivo de 2022/23 (n e %)	22

CAPÍTULO 1

Quadro 1.1 Idade dos estudantes à entrada do ensino superior, 2020/2021 (1.º semestre) e 2022/2023 (2.º semestre) (% e n ponderado)	26
Figura 1.1 Idade dos estudantes (dois escalões: até 21 anos e 25 e mais) à entrada do ensino superior, 2016/2017 (2.º semestre), 2020/2021 (1.º semestre) e 2022/2023 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	26
Quadro 1.2 Idade dos estudantes à entrada no ensino superior, 2020/2021 (1.º semestre) e 2022/2023 (2.º semestre) (em anos de idade).....	27
Quadro 1.3 Estudantes do ensino superior segundo o sexo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	27
Quadro 1.4 Estudantes do ensino superior segundo o sexo e escalões etários, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	28
Quadro 1.5 Estudantes do ensino superior com filhos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	28
Quadro 1.6 Distribuição dos estudantes do ensino superior por idade (escalões etários) do filho mais novo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	29
Quadro 1.7 Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (%) e níveis de escolaridade da população nacional por sexo (45-64 anos) (2022) (%)	30
Quadro 1.8 Níveis de escolaridade dos pais dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (%)	31
Quadro 1.9 Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo o tipo de instituição de ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)...	32
Quadro 1.10 Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo a área de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	33
Quadro 1.11 Perceção dos estudantes do ensino superior perante os níveis de riqueza dos pais, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	34
Quadro 1.12 Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	35

Quadro 1.13 Estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência por idade, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	36
Quadro 1.14 Tempo despendido no trajeto entre o alojamento e a instituição de ensino, 2022/23 (2.º semestre) (em minutos)	37
Quadro 1.15 Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o local da instituição de ensino, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	37
Quadro 1.16 Local de estudos dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	38
Quadro 1.17 Experiências e origens migratórias dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	39
Quadro 1.18 Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente) dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	40
Quadro 1.19 Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	41
Quadro 1.20 Estudantes do ensino superior segundo o impacto que a sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional manifestam nas tarefas do dia-a-dia e de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (%)	41
Quadro 1.21 Estudantes do ensino superior segundo a classificação que atribuem aos apoios que recebem para fazer face às suas incapacidades, problemas de saúde ou limitações funcionais nos estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	42
CAPÍTULO 2	
Quadro 2.1 Tempo de transição do ensino secundário para ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	43
Quadro 2.2 Vias de acesso ao ensino superior (vias tradicionais ou vias não tradicionais ⁽¹⁾), 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	45
Quadro 2.3 Distribuição dos estudantes do ensino superior por tipo de vias de acesso ao ensino superior segundo a idade, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	45
Quadro 2.4 Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início de um programa de estudos de mestrado segundo o tipo de instituição, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	46
Quadro 2.5 Estudantes do ensino superior por ano de estudo no atual programa de estudos, segundo o ciclo de estudos, 2022/23 (2.º semestre) (%)	47
Quadro 2.6 Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior português (local onde obtiveram certificação para aceder ao ensino superior) segundo o grau de qualificação, o tipo de instituição de ES e o sexo, 2022/23 (2.º semestre) (% e ponderado)	48
Quadro 2.7 Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	49

Quadro 2.8 Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	49
Quadro 2.9 Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior por parte dos estudantes do ensino superior segundo o nível de escolaridade dos pais, o tipo de entrada no ensino superior, e o grau de atividade laboral, 2022/23 (2.º semestre) (%)	50
Quadro 2.10 Estudantes do ensino superior a tempo parcial, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	51
Quadro 2.11 Estudantes a tempo parcial segundo horas semanais de trabalho remunerado, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	51
CAPÍTULO 3	
Quadro 3.1 Despesas dos estudantes, custos totais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	53
Quadro 3.2 Despesas dos estudantes, custos totais, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)	54
Quadro 3.3 Despesas dos estudantes, custos de vida totais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)	55
Quadro 3.4 Despesas dos estudantes, custos de vida, pagos pelos próprios, pagos pelos pais e de forma agregada (pago pelos pais e pelos próprios), modo de residência e fonte de rendimento (em euros por mês).....	56
Quadro 3.5 Despesas dos estudantes – custos com alojamento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	57
Quadro 3.6 Despesas dos estudantes - custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês) ...	58
Quadro 3.7 Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)	58
Quadro 3.8 Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, contexto de residência e fonte de rendimento 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	59
Quadro 3.9 Despesas dos estudantes - custos com transportes, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)	60
Quadro 3.10 Despesas dos estudantes - custos com transportes por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, dificuldades financeiras, densidade populacional da localização de estudo e escolaridade dos pais, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)	61
Quadro 3.11 Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês).....	62
Quadro 3.12 Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, modo de residência e fonte de rendimento, 2º semestre de 2022/23 (euros por mês)	63

Quadro 3.13 Despesas dos estudantes, custos com saúde pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2.º semestre de 2022/23 (euros por mês).....	64
Quadro 3.14 Despesas dos estudantes, custos com saúde, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)	64
Quadro 3.15 Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	65
Quadro 3.16 Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer, pagos pelos próprios e pelos pais por escolaridade dos pais e fonte de rendimentos (em euros por mês).....	66
Quadro 3.17 Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	67
Quadro 3.18 Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)	67
Quadro 3.19 Despesas totais e despesas do custo de vida (correntes do dia-a-dia), pagos pelos próprios, pagos pelos pais e de forma agregada, por modo residência e fonte de rendimento (em euros por mês)	69
Quadro 3.20 Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)	70
Quadro 3.21 Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, por sexo, por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)	70
Quadro 3.22 Custos de vida dos estudantes que vivem com os pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	71
Quadro 3.23 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	72
Quadro 3.24 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, por idade, por condição perante atividade económica, por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	72
Quadro 3.25 Custos de vida dos que não vivem com os pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	73
Quadro 3.26 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos com alojamento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)	73
Quadro 3.27 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais- custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	74
Quadro 3.28 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais - custos com alimentação pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....	75
Quadro 3.29 Despesas com alimentação dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais - despesas por idade, condição	

perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês)76

Quadro 3.30 - Despesas em transportes dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....77

Quadro 3.31 Despesas em comunicações dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....78

Quadro 3.32 Despesas em saúde dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)78

Quadro 3.33 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....79

Quadro 3.34 Despesas em propinas dos estudantes, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....80

Quadro 3.35 Despesas em propinas dos estudantes por grau do programa de estudos atual, por tipo de instituição de ensino superior, por densidade populacional da localização de estudo, por área de estudo e por proveniência (nacional ou internacional), 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)81

Quadro 3.36 Despesas em materiais de estudo, pagas pelos estudantes e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....82

Quadro 3.37 Despesas dos estudantes, custos totais com atividades de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)82

CAPÍTULO 4

Quadro 4.1 Rendimentos e recursos dos estudantes (incluindo transferências em género), rendimentos totais em euros por mês, 2022/23 (2.º semestre)83

Quadro 4.2 Rendimentos dos estudantes (incluindo transferências em género) que vivem com os pais, rendimentos totais em euros por mês, 2022/23 (2.º semestre)84

Quadro 4.3 Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais - rendimentos totais por grupos etários em euros por mês84

Quadro 4.4 Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - rendimentos totais em euros por mês, 2º semestre de 2022/2385

Quadro 4.5 Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - rendimentos totais por grupos etários em euros por mês85

Quadro 4.6 Rendimentos dos estudantes por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês).....86

Quadro 4.7 Percentagem que a média de rendimentos de cada tipo de fonte de rendimento representa na média total de rendimentos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)86

Quadro 4.8 Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)87

Quadro 4.9 Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos por grau de escolaridade dos pais, por condição perante atividade económica e por proveniência educativa/académica, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado) .88	
Quadro 4.10 Rendimentos dos estudantes provenientes da família, destinatários dos rendimentos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)89	
Quadro 4.11 Rendimentos dos estudantes provenientes da família, destinatários dos rendimentos por modo de residência, trajetórias escolares e escolaridade dos pais, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)89	
Quadro 4.12 Rendimentos dos estudantes, Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)90	
Quadro 4.13 Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais, Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)91	
Quadro 4.14 Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais, rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)91	
Figura 4.1 Bolseiros (%) e dotações e despesa em ação social direta no ensino superior (em Euros), 1991 a 202293	
Quadro 4.15 Rendimentos dos estudantes, estudantes beneficiários de apoios públicos (% e n ponderado)93	
Quadro 4.16 Rendimentos dos estudantes, estudantes beneficiários de apoios públicos por grau de dificuldade financeira, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)94	
Quadro 4.17 Rendimentos dos estudantes, apoios públicos aos estudantes, 2022/23 (2.º semestre) (rendimento médio dos estudantes que recebem apoios públicos e média dos apoios públicos em euros)94	
Quadro 4.18 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (euros e %)95	
Quadro 4.19 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)96	
Quadro 4.20 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)96	
Quadro 4.21 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que não vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)97	
Quadro 4.22 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)97	
Quadro 4.23 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)98	
Quadro 4.24 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)98	

Quadro 4.25 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que não vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)98

CAPÍTULO 5

Quadro 5.1 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado, 2022/23 (2.º semestre) (em horas por semana)99

Quadro 5.2 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades relacionadas com o estudo por tipo de qualificação e por área de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em horas por semana) 100

Quadro 5.3 Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado) 101

Quadro 5.4 Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por área de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (n ponderado e % média) 101

Quadro 5.5 Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por intensidade de envolvimento em atividade económica, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado) . 102

Quadro 5.6 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham), 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais) 102

Quadro 5.7 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais) 103

Quadro 5.8 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) por intensidade de envolvimento em atividade económica, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais) 103

Quadro 5.9 Estudantes que gostariam de despende mais tempo com o trabalho remunerado no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica remunerada durante o período letivo em áreas relacionadas com os estudos, 2022/23 (2.º semestre) (1.º semestre) (%) 104

Quadro 5.10 Estudantes do ensino superior por condição perante a atividade económica ao longo do período letivo, 2022/23 (2.º semestre) (%) 105

Quadro 5.11 Estudantes do ensino superior que trabalham ao longo de todo o período letivo segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais) 105

Quadro 5.12 Estudantes do ensino superior segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais) 105

Quadro 5.13 Razões para o exercício de atividade remunerada, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado) 106

CAPÍTULO 6

Quadro 6.1 – Avaliação sobre o percurso no curso/programa de estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	107
Quadro 6.2 Grau de satisfação com o apoio fornecido pelas instituições de ensino superior ou entidades parceiras (por exemplo, associações de estudantes, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	108
Quadro 6.3 Avaliação do retorno dado pelos docentes relativamente ao progresso dos estudantes nos estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	109
Quadro 6.4 O relacionamento com docentes e colegas, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	109
Quadro 6.5 Autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado).....	110
Quadro 6.6 Intenções de abandonar os estudos segundo a autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	110
Quadro 6.7 Proporção ideal e situação ideal entre aulas à distância (online) e presenciais, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	111
Quadro 6.8 Satisfação com disponibilidade digital no programa de estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	112

CAPÍTULO 7

Quadro 7.1 Estudantes do ensino superior com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	113
Quadro 7.2 Estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro por grau de escolaridade ao qual dará acesso o programa de estudos atual, e por escolaridade dos pais, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)	114
Quadro 7.3 Intenções/planos dos estudantes para estudar no estrangeiro no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)	115
Quadro 7.4 Grau de escolaridade a que daria acesso o programa de estudos aquando da experiência no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado).....	115
Quadro 7.5 Tipo de enquadramento ou apoio institucional para desenvolvimento da atividade no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado).....	116
Quadro 7.6 Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)	117
Quadro 7.7 Mobilidade e internacionalização, reconhecimento de créditos aquando da realização de atividade no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)...	118

CAPÍTULO 8

Quadro 8.1 Estudantes do ensino superior quanto ao conhecimento e utilização de serviços de apoio fornecidos pelas instituições de ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)	119
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Quadro 8.2 Estudantes do ensino superior quanto à diversidade de serviços de apoio fornecidos pelas instituições de ensino superior que conhece e utiliza, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado) 120

Quadro 8.3 Grau de utilidade do apoio/aconselhamento fornecido pelas instituições de ensino superior, 2022/2023 (2º semestre) (% e n ponderado) 120

Quadro 8.4 Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de problema de saúde mental a limitar os estudos por tipo de problema, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado entre os estudantes que declaram ter um problema de saúde mental) 121

Quadro 8.5 Estudantes do ensino superior quanto à existência de diagnóstico e tratamento do seu problema de saúde mental, 2022/2023 (2º semestre) (% n ponderado) 122

QUADRO 9

Quadro 9.1 Estudantes do ensino superior que declararam ter sido discriminados por fator de discriminação, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)..... 123

Quadro 9.2 Estudantes do ensino superior que declararam ter sido discriminados segundo fator de discriminação e por sexo, 2022/23 (2.º semestre) (%)..... 125

Quadro 9.3 Estudantes do ensino superior que declararam ter sido discriminados por tipo de autor/sujeito da discriminação, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado) .. 125

• • •

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O Projeto Europeu e a participação nacional no EUROSTUDENT (VIII)

O presente Relatório toma por referência as condições de vida e de estudo dos estudantes do ensino superior no quadro da participação portuguesa no Projeto Europeu EUROSTUDENT VIII (8ª edição). Este Projeto tem recolhido e analisado dados comparáveis sobre a dimensão social nos sistemas europeus de educação superior. Nesta última edição e no presente documento, o inquérito envolveu uma vasta gama de tópicos relacionados com as condições sociais e económicas e de estudo dos estudantes, reforçando esta diversidade através de módulos temáticos, como a saúde e bem-estar, os efeitos da pandemia (provocada pela Covid19), a digitalização no ensino superior e as experiências de discriminação.

O Projeto Europeu, que serve de referência a este Relatório, tem duas orientações centrais: a caracterização aprofundada da realidade nacional e a possibilidade de comparar e contextualizar as realidades nacionais no espaço europeu.¹ O Relatório agora apresentado tem por missão o aprofundamento da primeira vertente, ou seja, a caracterização e análise do perfil português. Paralelamente, será desenvolvida, sob a coordenação europeia do Projeto EUROSTUDENT, a perspetiva comparada, a partir do contributo de recolha, trabalho colaborativo de equipas nacionais e da harmonização da informação de 25 países europeus. O projeto adequa e compatibiliza procedimentos para fornecer comparações fiáveis e relevantes entre estes países. Para o efeito, adota uma abordagem de coordenação central de uma rede de parceiros nacionais.

Este contributo nacional foi promovido e financiado pela DGES-MECI² e realizado por uma equipa de investigação do CIES-Iscte. Esta equipa desenvolveu este estudo e alguns dos anteriores em Portugal, tendo sido responsável pelo “Inquérito às condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal”, nomeadamente no Projeto EUROSTUDENT (EII) 2005, EUROSTUDENT (EIII) 2008, EUROSTUDENT (EVI) 2018 e EUROSTUDENT (EVII) 2021 (em plena pandemia), e o

¹ Para mais informações sobre o Projeto EUROSTUDENT, ver a ligação <https://www.eurostudent.eu/>.

² Direção Geral do Ensino Superior.

• • •

presente inquérito, no ano letivo de 2022/23 (2º semestre). Este é o primeiro inquérito pós-pandemia deste projeto europeu, e permitiu fazer um reconhecimento mais ponderado dos seus efeitos nesta população.

Gostaríamos, ainda, de agradecer a colaboração fundamental das instituições de ensino superior que, em resposta à solicitação da DGES, mediaram o contacto com os seus estudantes. O principal agradecimento dirige-se aos estudantes que responderam de forma completa a um longo e complexo inquérito por questionário (via *online*). A todos os participantes muito obrigada pelo seu contributo.

Estudantes do ensino superior em Portugal: experiências, trajetos e condições de vida e estudo

A participação portuguesa nas várias edições do projeto EUROSTUDENT permitiu produzir um conhecimento sistemático, longitudinal e comparativo sobre esta população (ver entre outras referências Martins, Mauritti e Costa, 2005 e 2007; Mauritti e Martins, 2007; Martins, 2015; Martins e outros, 2017; Martins e outros, 2018; Martins, 2020, Martins e outros, 2023).

No âmbito dos temas propostos, tem sido possível fornecer informação sobre os estudantes do ensino superior e apoiar a definição e desenho de políticas públicas, de forma fundamentada, na área do ensino superior.

Atualmente, as políticas públicas nacionais e institucionais enfrentam e lidam com inúmeros desafios, nomeadamente a aprendizagem digital (ou híbrida), alterações demográficas na população estudantil, dinâmicas de migração e internacionalização, crises financeiras e económicas. Em alguns países europeus algumas variações entre os inscritos devem-se a um contexto de desigualdades crescentes, diminuição da classe média e aumento do precariado (vínculos frágeis ou precários de trabalho), crise do Estado-providência tradicional, envelhecimento da população, declínio demográfico crescente, aumento do desemprego dos jovens, mudanças nos estilos e modos de vida e crise de refugiados (Curaj et al., 2018). O tipo de informação produzida deve ser útil para refletir e analisar estes problemas no quadro do acompanhamento e análise dos estudantes do ensino superior.

Apesar do aumento notável da população inscrita no ensino superior em Portugal nos últimos quase 30 anos, o mesmo concretizou-se com algumas oscilações no contingente de entrada (ver figura 1). Sendo o ensino superior um setor

absolutamente decisivo para o desenvolvimento do país e da Europa, a condução de políticas centradas na sua dimensão social e na inclusão de públicos socialmente diferenciados, constituem esforços que se têm revelado determinantes na qualificação generalizada da população portuguesa. Estes serão desafios que se colocam a um país ainda estruturalmente deficitário de ativos altamente qualificados, mesmo que com um contingente cada vez mais relevante de inscritos e diplomados.

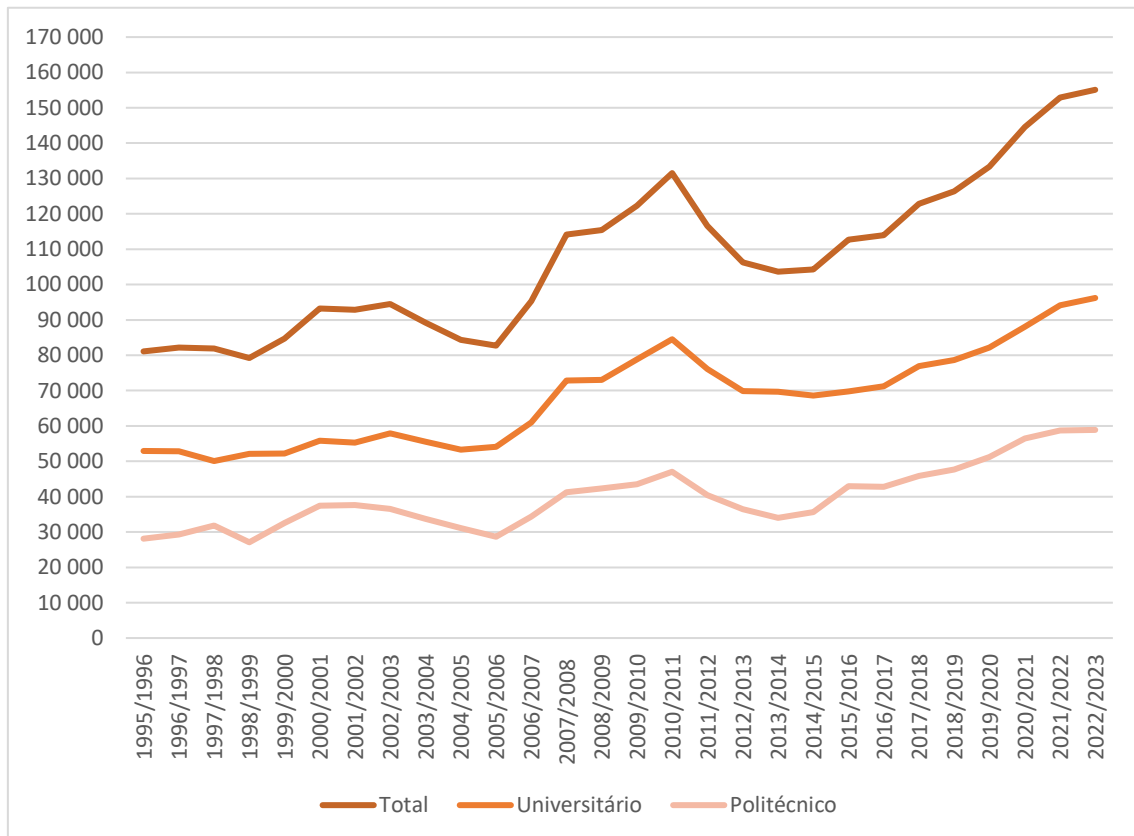


Figura 1 Inscritos em estabelecimentos de ensino superior no 1.º ano, pela 1.ª vez - 1995/1996 a 2022/2023

Fonte: Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC

Na comparação com a Europa, a população de 25 a 64 anos que, em 2022, detinha o ensino superior era, em Portugal, de 31,5%; enquanto na União Europeia, o escalão etário correspondente, envolvia, no mesmo ano, 34,3% dos indivíduos (Eurostat, 2023). Podemos afirmar que, apesar das dificuldades identificadas, estes valores revelam um claro caminho de convergência com a Europa.

A pesquisa aprofundada e sistemática sobre a realidade nacional dos estudantes do ensino superior tem revelado uma grande diversidade de recursos, percursos e

capacidades de autonomia. Esta edição nacional permite, ainda, identificar alguns dos efeitos da pandemia e das respostas políticas acionadas para lhe fazer face. Na continuidade de estudos anteriores, verifica-se que as mudanças de composição social e condições de vida da população inscrita na educação terciária têm sido efetivas, mas com uma cadência relativamente irregular. Estas evoluções não são alheias a parâmetros institucionais, de oportunidades e constrangimentos, e às dificuldades ainda sentidas numa efetiva conciliação das componentes de tempo dedicado ao trabalho, aos estudos e ainda à vida familiar.

A presente pesquisa tem, precisamente, como objetivo a caracterização das condições socioeconómicas e de estudo dos estudantes que frequentam atualmente o ensino superior em Portugal, com vista a manter o conhecimento atualizado dessas condições e a possibilitar comparações internacionais, através do Projeto EUROSTUDENT (EVIII).

Operacionalização da pesquisa

Procedimentos de recolha de informação

A recolha de informação foi levada a cabo entre 10 de maio e 19 de junho de 2023, a partir de um convite da DGES às instituições do ensino superior que, neste seguimento, endereçaram o questionário aos seus estudantes. Desta operação obteve-se uma amostra de 10 603 casos válidos, a partir do convite a toda a população inscrita em instituições portuguesas de ensino superior, excluindo os estudantes de doutoramento (CITE 8), e tendo em conta um universo de 420.826 estudantes (dados administrativos da DGEEC), em 2022/23 (o ano letivo de implementação do inquérito).

O procedimento de inquérito utilizado foi *online*, a partir da plataforma *LimeSurvey*. A amostra resulta de uma taxa de retorno bruto (casos válidos por total de convites efetuados) de 0,025 (2,5%) e como taxa de retorno líquido 0,42 (42%, se tivermos em conta os casos válidos a dividir pelo número de respondentes).

Este é o primeiro inquérito nacional, no âmbito do Projeto EUROSTUDENT, implementado numa fase pós-pandémica. Deste modo, parece-nos representar um contributo muito relevante para a análise dos seus efeitos nos estudantes do ensino superior em Portugal.

• • •

Desvios amostrais e definição e construção do ponderador

Apesar da distribuição da amostra em algumas das variáveis nucleares ser relativamente próxima às disponíveis no universo, o ponderador definido foi muito relevante para a sua correção.

Para se corrigir alguns dos desvios identificados, definiu-se um ponderador combinado que pudesse corrigir algumas das variáveis centrais sobre as quais existe informação para o universo. A definição do ponderador respeitou um novo procedimento de construção, presente no manual '*INSTRUCTIONS ON DATA PROCESSING (PART A)*' (Preparation of national datasets 24.11.2022, 3.^a edição), reforçando a robustez dos dados. A fase de construção foi prolongada, face ao inicialmente previsto no calendário, para permitir o acesso a dados institucionais do ano letivo de 2022/23 (ano em que o inquérito foi implementado).

De facto, considerou-se que a amostra já apresentava qualidade, tendo em conta a correspondência entre a distribuição de variáveis chave na população e na amostra. No entanto, duas das variáveis centrais apresentavam um desvio relevante: o *sexo* e a *taxa de bolseiros*. O conhecimento acumulado com este inquérito europeu permite-nos identificar padrões de resposta nesta população. Verificamos que tanto as mulheres como os estudantes bolseiros apresentam taxas de resposta nestes inquéritos sobredimensionadas, face ao seu peso na população. No caso dos bolseiros, o apelo adicional que lhes foi dirigido pela DGES para o preenchimento do questionário contribuiu para esse resultado, mas acabou por distorcer muito este indicador, tornando relevante a sua inclusão no ponderador. Uma outra variável integrada neste ponderador é a idade.

```
Sintaxe: weight4  
SPSSINC RAKE  
DIM1 = e_sex 1 228012 2 192814  
DIM2 = v4_13_1_new 1 58117 2 345053  
DIM3 = e_age 1 221650 2 100497 3 44914 4 53765  
FINALWEIGHT = peso2.
```

Figura 1 Desenho do ponderador

As variáveis incluídas no ponderador têm a seguinte distribuição na população, na amostra e na amostra ponderada:

Quadro I Idade: dados institucionais, na amostra, e na amostra com ponderador, no ano letivo de 2022/23 (n e %)

	Idade (dados institucionais)		Idade (amostra)		Idade (amostra com ponderador)	
	n	%	n	%	n	%
<25	322147	76,6	8522	80,3	8117	76,6
25-29	44914	10,7	823	7,8	1132	10,7
30 e mais	53765	12,8	1269	12,0	1355	12,8
total	420826	100,0	10614	100,0	10603	100

Quadro II Taxa de bolseiros: dados institucionais, na amostra, e na amostra com ponderador, no ano letivo de 2022/23 (n e %)

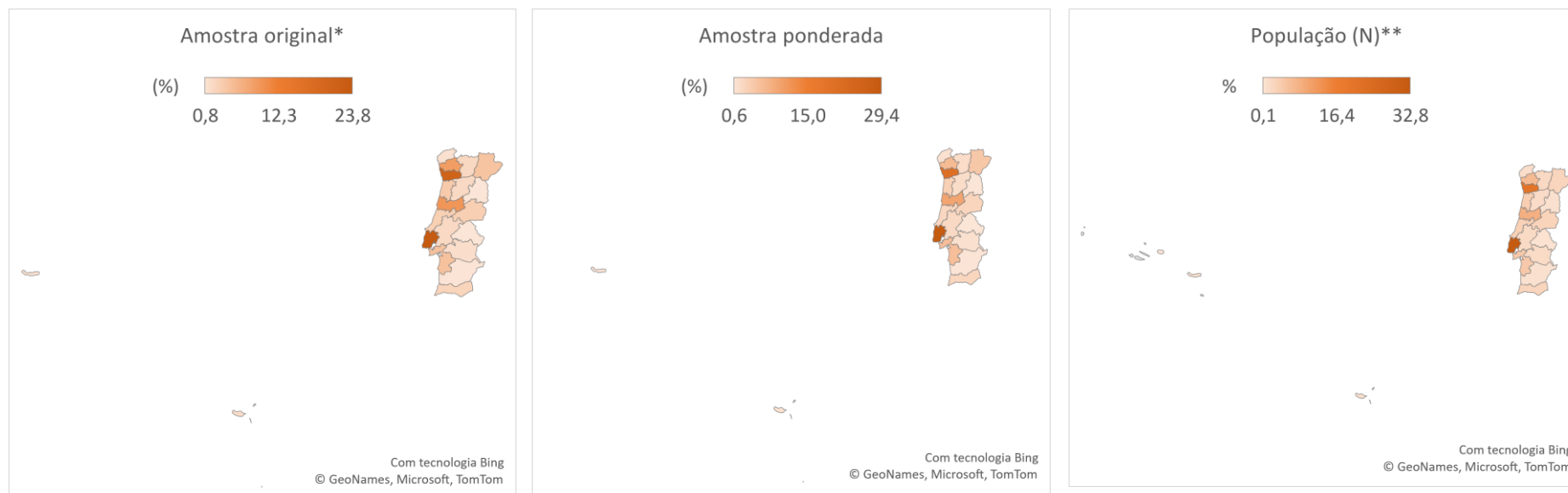
	Beneficiário de bolsa (dados institucionais)		Beneficiário de bolsa (amostra)		Beneficiário de bolsa (amostra com ponderador)	
	n	%	n	%	n	%
Sim	58117	14,4	4763	60,5	1528	14,4
Não	345053	85,6	3111	39,5	9075	85,6
Total	403170	100	7874	100,0	10603	100,0

Quadro III Sexo: dados institucionais, na amostra, e na amostra com ponderador, no ano letivo de 2022/23 (n e %)

	Sexo (dados institucionais)		Sexo (amostra)		Sexo (amostra com ponderador)	
	n	%	n	%	n	%
Homens	192814	45,8	7446	70,2	4858	45,8
Mulheres	228012	54,2	3157	29,8	5745	54,2
Total	420826	100,0	10603	100,0	10603	100,0

Outros indicadores, cujos dados são conhecidos no universo, e absolutamente centrais para aferir a consistência da amostra resultante, não entram no ponderador por não apresentarem grandes desvios face à sua distribuição na população. Adiante-se, adicionalmente, que uma parte das diferenças identificadas ficam corrigidas com a aplicação do ponderador (construído a partir das variáveis anteriores). Um desses indicadores é o número de estudantes por distrito (nos níveis das CITE 5 a 7).

Figura 2 Comparação entre 3 tipos de distribuição dos estudantes do ensino superior – amostra original, amostra ponderada e População – 2022/23 (%)



Fonte: *EUROSTUDENT 2023 – PT, **Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

Indicadores propostos no âmbito do Projeto EUROSTUDENT VIII: construção e validação

A construção dos indicadores teve como principal referência as convenções estabelecidas pelo Projeto EUROSTUDENT, inscritas e detalhadas no manual de procedimentos EUROSTUDENT VIII (2022), 'INSTRUCTIONS ON DATA PROCESSING (PART A)' (Preparation of national datasets 24.11.2022, 3.ª edição). A sua construção, vocacionada também para segmentos específicos, permitiu a verificação mais detalhada dos dados relativos a todos os indicadores. Neste seguimento, foram tomadas decisões de "limpeza" e correção de dados.

Os manuais do EUROSTUDENT continham um conjunto de indicações para a aferição crítica dos casos e da sua plausibilidade para todos os indicadores (primários e derivados). O nosso trabalho junto da equipa de coordenação de campo do Institute for Advanced Studies (Áustria), permitiu reforçar essa avaliação da qualidade dos dados.

A partir de *macros* pré-definidas, foi possível o carregamento da informação para a plataforma EUROSTUDENT DDM. A partir das sessões de trabalho em Viena (setembro, 2023), iniciou-se, entretanto, um novo período de correção ou "limpeza". Como referido, estivemos em regular interlocução com os colegas austríacos (que asseguram a coordenação do trabalho de campo e validação dos dados) e a coordenação do Projeto, para irmos reforçando e melhorando esses mesmos procedimentos. Este processo de verificação decorreu durante o período que vai de setembro de 2023 a abril de 2024, com os últimos procedimentos de validação dos dados nacionais, incluindo os indicadores que integram a publicação da sinopse europeia com a perspetiva de comparação internacional. A plausibilidade dos dados foi aferida também através de referenciais institucionais nacionais que nos permitiram uma maior fiabilidade na leitura e caracterização da realidade portuguesa. Adicionalmente, foram construídas e validadas variáveis derivadas europeias e que possibilitam a inclusão de Portugal nessa componente de comparação europeia.

Para além dos indicadores definidos pelo Projeto EUROSTUDENT, foram incorporados um conjunto de indicadores nacionais para analisar a realidade portuguesa de forma mais aprofundada. Esses indicadores incidem sobretudo sobre a caracterização das origens sociais e o sucesso educativo dos estudantes.

Capítulo 1.

QUEM SÃO OS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR? Caracterização e dinâmicas sociais e demográficas

A caracterização dos públicos do ensino superior faz-se, em boa medida, tendo em conta traços sociais e demográficos e a identificação das suas principais dinâmicas. A partir destes é possível reconhecer uma boa parte das transformações institucionais e políticas que tiveram lugar no sistema de ensino superior em Portugal. As mudanças demográficas e sociais verificadas nas sociedades europeias contemporâneas e, concretamente, em Portugal, tendem a ter reflexos no seu desenvolvimento. Em termos nacionais tais dinâmicas parecem atuar no sistema de educação terciária como forças nem sempre de sentido convergente – por exemplo se, por um lado, observamos uma demografia declinante (OCDE, 2022a e 2022b), os movimentos de democratização e alargamento social tendem a alargar os públicos do ensino superior (Martins, 2015; OCDE, 2022a).

1.1 Caracterização demográfica daqueles que acedem e frequentam o ES

No ensino superior, a contração demográfica, muito presente na realidade portuguesa, tem sido relativamente compensada pelo aumento progressivo da diversidade de públicos neste nível de ensino (Martins, 2015; Pedrosa e outros, 2017; Martins e outros, 2018; Martins e outros, 2021).

Apesar de os estudantes portugueses serem dos mais jovens da Europa (Hauschildt, Vogtle e Gwosć, 2018; e Hauschildt, Gwosć, Schirmer, Wartenbergh-Cras, 2021), o certo é que se vinha a verificar, em termos percentuais, níveis mais elevados de inscrição dos estudantes mais velhos no ensino superior, em processos de desenvolvimento qualificacional ou atualização de competências, e que a pandemia parece ter reduzido a sua importância relativa.

No ano letivo de 2020/21 (novembro-dezembro de 2020), ano de grande excecionalidade no ensino superior e na vida social do país, parece ter-se infletido ligeiramente essa tendência (quadro 1.1 e figura 1.1). Verificou-se, assim, nesse período um relativo rejuvenescimento da população, pelo menos à entrada do ensino superior. Apesar de estas tendências serem verificadas a partir de informação

amostral,³ requerendo alguma cautela analítica, as mesmas vêm na sequência de mudanças no modo de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior, precisamente para este ano letivo (e no quadro do Inquérito anterior – Eurostudent VII). No entanto, parece haver já uma recuperação dessa diversidade no ano letivo de 2022/23 (quadro 1.1 e figura 1.1).

Quadro 1.1 Idade dos estudantes à entrada do ensino superior, 2020/2021 (1.º semestre) e 2022/2023 (2º semestre) (% e n ponderado)

		2020/21 (1º semestre)		2022/2023 (2º semestre)	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Escalões etários	Até 21 anos	5255	90,4	9237	88,6
	22 até <25 anos	266	4,6	510	4,9
	25 até <30 anos	98	1,7	194	1,9
	30 anos ou mais	190	3,3	480	4,6

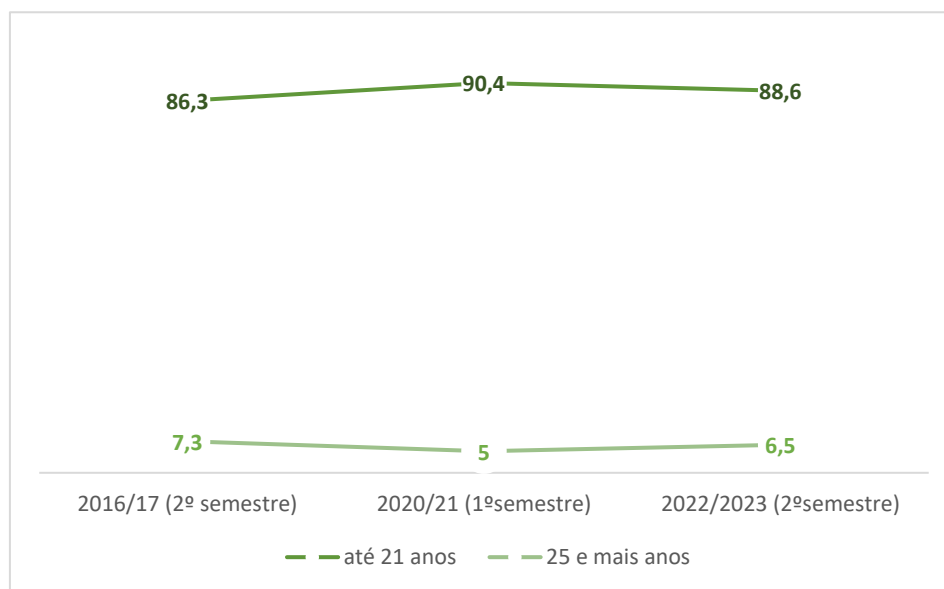


Figura 1.1 Idade dos estudantes (dois escalões: até 21 anos e 25 e mais) à entrada do ensino superior, 2016/2017 (2º semestre), 2020/2021 (1.º semestre) e 2022/2023 (2º semestre) (% e n ponderado)

³ E corrigidas pelo ponderador a partir dos dados do ano anterior (2022/23).

Contudo estas diferenças não têm uma expressão relevante na diferença da média e mediana de idades na entrada do ensino superior – aproximadamente 20 anos, em média, com uma mediana a rondar os 18,6. Este perfil também expressa, de forma predominante, os percursos escolares ininterruptos de entrada no ensino superior, imediatamente após a conclusão do ensino secundário.⁴

Quadro 1.2 Idade dos estudantes à entrada no ensino superior, 2020/2021 (1.º semestre) e 2022/2023 (2.º semestre) (em anos de idade)

	Idade à entrada no ensino superior	
	2020/21 (1º semestre)	2022/2023 (2º semestre)
<i>n ponderado</i>	5809	10422
Média	19,8	20,1
Mediana	18,6	18,6
Desvio-padrão	4,4	5,1

Quadro 1.3 Estudantes do ensino superior segundo o sexo, 2022/23 (2.º semestre) (% e *n* ponderado)

	Sexo	
	Feminino	Masculino
<i>n ponderado</i>	5745	4858
%	54,2	45,8

As mulheres têm tido uma presença maioritária no ensino superior nas últimas duas décadas (quadro 1.3). No entanto, o quadro 1.4 mostra que quanto mais velhos os estudantes mais fica esbatida essa diferença, chegando mesmo a inverter-se para o escalão mais velho (30 e mais anos).

⁴ A partir do Despacho n.º 8501-A/2020, em 2020/21, com a dispensa de realização de exames para a conclusão do ensino secundário, aumentou o ingresso no ensino superior face aos últimos anos, o que representa um reconhecimento das vantagens decorrentes da qualificação superior. As regras e condições de acesso foram, entretanto, alteradas pelo Decreto-Lei n.º 22/2023, de 3 abril.

Quadro 1.4 Estudantes do ensino superior segundo o sexo e escalões etários, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

			Idade			
			Até 21 anos	22 até <25 anos	25 até <30 anos	30 anos ou mais
Sexo	Feminino	<i>n ponderado</i>	3157	1397	615	576
		%	56,5	55,2	54,3	42,6
	Masculino	<i>n ponderado</i>	2428	1135	517	778
		%	43,5	44,8	45,7	57,4

$\chi^2(3) = 87,294, p < 0,001$; V de Cramer = 0,091

Esta entrada e frequência no ensino superior, por parte das mulheres, em Portugal tem muitos equivalentes noutros países europeus e da OCDE (Martins, 2012; OCDE, 2023). Tais transformações têm sido enquadradas por outro tipo de transformações sociais que se têm constituído em maiores possibilidades de igualdade de género face a oportunidades, não só educativas, mas também, no mercado de trabalho e na família (Martins e outros, 2021). O peso da presença das mulheres nos escalões etários mais jovens permite evidenciar que estas têm, com mais frequência, percursos diretos na transição do ensino secundário para o ensino superior e que quanto mais velhas, tendem a estar menos presentes por relação ao segmento masculino (revelando uma relação significativa no cruzamento entre a idade e o sexo, para um $p < 0,001$, mas com um nível de associação fraco) (quadro 1.4).

Quadro 1.5 Estudantes do ensino superior com filhos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Tem filhos	
	Não	Sim
<i>n ponderado</i>	9447	817
%	92,0	8,0

A taxa relativamente reduzida de estudantes com filhos está em parte relacionada com o tipo de trajetos prevalecentes no ensino superior, muito marcados por percursos de continuidade escolar e realizados de forma muito jovem.

Quadro 1.6 Distribuição dos estudantes do ensino superior por idade (escalões etários) do filho mais novo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Escalões etários do filho mais novo dos estudantes	
	<i>n ponderado</i>	%
0 a 3 anos	163	20,6
4 a 6 anos	113	14,3
7 a 9 anos	79	9,9
10 a 15 anos	195	24,6
Mais de 15 anos	243	30,6
Total	794	100,0

Os que têm filhos e, portanto, com responsabilidades acrescidas no que respeita a parentalidade, têm, de forma prevalecte, filhos com mais de 10 anos, o que permite uma melhor conciliação com os seus estudos, ou têm filhos com menos de 3 anos. Sendo mais reduzida a percentagem de estudantes pais com filhos nos primeiros anos de escolarização.

Alguns estudos apontam como dificuldades a esta conciliação a coordenação dos tempos, a exiguidade das estruturas ou equipamentos locais para a educação de infância e uma conceção de campus de ensino superior como espaços “libertos” de crianças (Brooks, 2012). Tais conceções parecem ter potencial explicativo também em Portugal, tornando muitas vezes esta eventual componente do ciclo de vida dos estudantes mais numa projeção para o futuro do numa experiência simultânea à condição de estudante (Lowe e Gayle, 2007; Martins e Mauritti, 2011; Machado, 2023).

1.2 As origens sociais

As dinâmicas registadas no ensino superior evidenciam a entrada de “novos públicos e de uma composição social progressivamente mais diversificada. É já longo o elenco de referências que dá conta das dinâmicas registadas a este respeito (cf. Balsa e outros, 2001; Almeida e outros, 2003; Costa et al, 2014; Martins et al, 2005 e 2008; Mauritti e Martins, 2007; Martins, 2015; Martins e outros, 2018; Martins, 2020; Martins e outros, 2021). A par de tal registo de diversificação, ainda estão bem patentes marcas persistentes de desigualdade, padrões socialmente diferenciados, sobretudo na frequência de determinados níveis e ciclos de estudo, instituições ou áreas de formação.

A caracterização das origens sociais é, também, muito importante, enquanto elemento central para o reconhecimento e identificação das diferenças nas condições de vida dos estudantes do ensino superior.

Um dos aspetos centrais nesta caracterização e mais determinantes para aferirmos os principais contextos sociais e culturais destes estudantes prende-se com os níveis de escolaridade dos pais. A este propósito uma das primeiras verificações extraídas da análise dos indicadores sobre os níveis de escolaridade (já identificada anteriormente) é a maior escolaridade das mães destes estudantes, dado alinhado com o observado na população portuguesa feminina por relação aos homens.

Quadro 1.7 Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (%) e níveis de escolaridade da população nacional por sexo (45-64 anos) (2022) (%)

Níveis de escolaridade		Mãe	Pai	Nível de escolaridade da população nacional (45-64 anos) *		
				Mulheres	Homens	Total
Ensino básico	%	31,0	40,4	49,2	56,7	52,7
Ens. secundário e pós-sec	%	33,1	28,7	23,3	23,7	23,5
Ensino superior	%	33,1	25,5	27,5	19,6	23,8
Não sabe/não responde	%	2,9	5,4	–	–	–
Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<i>n</i>	10603	10603	–	–	–

* Eurostat, 2024 (recolhidos em fevereiro de 2024).

Existem ainda dois aspetos a reter a partir do quadro 1.7. Um primeiro, é a verificação de uma persistente sobrerrepresentação, embora cada vez mais reduzida, entre os inscritos do ensino superior de pais com o ensino superior, face ao verificado na população portuguesa. Um segundo aspeto, prende-se com o facto de, apesar deste primeiro apontamento, existir um alargamento do acesso em relação às origens educacionais destes estudantes. A diferença entre os pais dos estudantes na amostra e a população (entre os 45 e os 64 anos) ronda os 10 pontos percentuais com o ensino superior. No que diz respeito aos estudantes com pais com o ensino básico, chega aos 25 pontos percentuais no caso dos homens e no caso das mulheres a 20 (quadro 1.7). Trata-se, pois, de uma abertura social progressiva, comparando com os anteriores inquéritos (Martins e outros, 2018; Martins e outros, 2021), mas ainda não completamente concretizada.

Quadro 1.8 Níveis de escolaridade dos pais dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (%)

Níveis de escolaridade	Mãe	Pai	Pais (mãe e pai)
Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos)	31,0	40,4	24,8
Ensino secundário	30,3	25,8	31,1
Ensino pós-secundário não superior	2,8	2,9	3,0
Curso técnico superior	5,3	5,0	6,1
Bacharelato ou licenciatura	18,5	12,3	19,5
Mestrado	7,4	6,1	10,4
Doutoramento	1,9	2,1	3,4
Não sabe/não responde	2,9	5,4	1,8
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n ponderado</i>	<i>10603</i>	<i>10603</i>	<i>10603</i>

As diferenças observadas entre os perfis qualificacionais das mães e dos pais dos estudantes são muito evidentes no ensino básico e praticamente inexistentes nos níveis mais avançados do ensino superior (quadro 1.8)



Quadro 1.9 Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo o tipo de instituição de ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Tipo de ensino			
		Universidade		Politécnico	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Nível de escolaridade dos pais	Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos)	1319	20,8	1310	30,7
	Ensino secundário	1858	29,3	1440	33,8
	Ensino pós-sec. não superior	167	2,6	152	3,6
	Curso técnico superior	408	6,4	235	5,5
	Bacharelato ou licenciatura	1373	21,7	692	16,2
	Mestrado	845	13,3	261	6,1
	Doutoramento	274	4,3	83	2,0
	Não sabe/não responde	96	1,5	91	2,1
	Total	6339	100,0	4264	100,0

$\chi^2(7) = 342,220$, $p < 0,001$, V de Cramer = 0,180

Também de forma muito consistente com os inquéritos anteriores (Martins e outros, 2018; Martins e outros, 2021), o ensino politécnico apresenta um tipo de recrutamento social mais alargado do ponto de vista das origens sociais dos estudantes. Entre os estudantes que frequentam os institutos politécnicos, 30,7% dos seus pais têm no máximo o ensino básico e apenas 20,8% dos que estão inscritos nas universidades. Por outro lado, 45,7% dos estudantes universitários têm pais com uma formação no ensino superior, sendo apenas de 29,8% para os estudantes inscritos em instituições politécnicas (quadro 1.9). Embora o resultado do qui-quadrado seja estatisticamente significativo ($p < 0,001$), as variáveis têm uma fraca associação (V de Cramer = 0,180).

Quadro 1.10 Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo a área de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Educação	Artes e humanidades	C. sociais, jornalismo e informação	Gestão, Administ. e Direito	C. Naturais, Matemática e Estatísticas	Tecnol. de Informação e Comunic.	Eng., Indústria Transfor. e Construção	Agricultura, Silvic., Pescas e Vet.	Saúde e Bem-Estar	Serviços
Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos)	<i>n ponderado</i>	123	231	320	620	136	76	375	66	520	152
	%	32,2	21,6	24,9	29,8	19,6	24,6	18,6	21,3	28,0	27,4
Ensino secundário	<i>n ponderado</i>	121	363	396	669	219	101	533	81	589	217
	%	31,6	33,9	30,7	32,1	31,6	32,6	26,4	26,0	31,7	39,1
Ensino pós-secundário não superior	<i>n ponderado</i>	19	33	46	56	11	14	62	10	51	13
	%	4,8	3,1	3,6	2,7	1,6	4,6	3,1	3,1	2,8	2,3
Curso técnico superior	<i>n ponderado</i>	32	79	74	118	52	16	133	21	81	35
	%	8,2	7,3	5,7	5,7	7,5	5,2	6,6	6,8	4,3	6,3
Bacharelato ou licenciatura	<i>n ponderado</i>	50	233	252	376	138	44	493	73	339	60
	%	13,0	21,7	19,6	18,0	19,9	14,4	24,5	23,5	18,3	10,8
Mestrado	<i>n ponderado</i>	14	84	138	157	91	35	308	42	200	33
	%	3,6	7,8	10,7	7,5	13,2	11,3	15,3	13,5	10,8	5,9
Doutoramento	<i>n ponderado</i>	8	33	44	56	39	5	92	13	45	19
	%	2,0	3,1	3,4	2,7	5,7	1,7	4,5	4,3	2,4	3,4
Não sabe/não responde	<i>n ponderado</i>	18	14	18	33	5	17	20	5	32	26
	%	4,6	1,3	1,4	1,6	0,7	5,5	1,0	1,5	1,7	4,7
Total	<i>n ponderado</i>	382	1070	1287	2085	691	308	2015	311	1855	555
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 (63) = 439,257$, $p < 0,001$, V de Cramer = 0,077



O quadro 1.10 adiciona a área de estudo a esta dimensão de caracterização das origens sociais dos estudantes (e a relação entre as duas variáveis é estatisticamente significativa). É nas áreas de educação e de gestão e administração e direito onde mais se concentram os estudantes cujas famílias têm menos escolaridade (no máximo o ensino básico). Na área da educação, uma oferta implementada sobretudo no ensino politécnico, tem um público altamente feminizado que protagoniza, em muitos casos, os percursos mais longos de escolarização no quadro do seu núcleo familiar de origem (tal já tinha sido verificado noutros estudos, como Martins e Joana, 2004).

Tendo ainda em conta as áreas de estudo, a maior incidência de pais mais qualificados verifica-se nas áreas das engenharias da indústria transformadora e construção; da agricultura, silvicultura, pescas e veterinária; e das ciências naturais, matemática e estatísticas.

Quadro 1.11 Perceção dos estudantes do ensino superior perante os níveis de riqueza dos pais, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Largamente acima da média	371	3,7
Pouco acima da média	1608	16,2
Estão na média	5365	54,1
Pouco abaixo da média	2139	21,6
Largamente abaixo da média	428	4,3
Total	9911	100,0

Acrescente-se, ainda, e do ponto de vista dos estudantes, que mais de metade (54,1%) considera que a sua família vive como a média da população portuguesa, e cerca de 20% diz que vive acima, menos 10% do que no último Inquérito do EUROSTUDENT (VII), realizado em plena pandemia. Também 25,9% dá conta que vive abaixo da riqueza média das famílias portuguesas. Talvez estas perceções sejam convergentes com uma possível degradação, não só percecionada, mas objetivada, das condições de vida da população nos últimos 2 anos e meio. Concorrem para esta explicação não só a pandemia, mas também as dificuldades e perceções sobre os



riscos e instabilidade internacionais, vivenciados no período que mediou os dois momentos de inquirição.

1.3 Contextos de residência

Os contextos de residência são um elemento decisivo para a caracterização das condições de vida e de estudo dos estudantes do ensino superior. De acordo com os dados apresentados no quadro 1.12, quase metade dos estudantes que frequentam atualmente o ensino superior em Portugal vive em casa dos pais/familiares (49%), pelo menos durante o desenvolvimento da formação. Entre os que têm até 24 anos este valor também fica reforçado (mais de 55%). (ver quadro 1.13). É também nestes escalões etários mais jovens que, com mais frequência, se encontram alojados em residências para estudantes.

Quadro 1.12 Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Contexto de residência			
	2020/2021 (1º semestre)		2022/2023 (2º semestre)	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Em casa dos pais	3152	53,3	5205	49,3
Numa residência para estudantes	373	6,3	933	8,8
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	744	12,6	1238	11,7
Com outros	1275	21,5	2363	22,4
Sozinho, em nenhuma das condições anteriores	374	6,3	814	7,7
Total	5918	100,0	10553	100,0

No anterior Inquérito (EVII, aplicado 2020/21 – 1º semestre) (Martins e outros, 2021) verificou-se um reforço daqueles que viviam com os pais (face ao EVI, aplicado em 2017, Martins e outros, 2018). Naquele período, o aumento de estudantes que viviam com os seus pais poderá ter tido como explicação um efeito direto da pandemia de Covid19, nomeadamente os longos períodos de confinamento e aprendizagem à distância poderão ter causado alguma retração nos estudantes para encontrar formas de alojamento deslocadas ou fora da sua família de origem; e a



diminuição de rendimentos dos estudantes e das suas famílias, reduzindo-se as possibilidades de terem formas alternativas de alojamento (Martins e outros, 2021). No último inquérito, como seria de esperar aumentaram, ainda que ligeiramente, a percentagem dos estudantes que não vivem com os pais (pelo menos durante o período letivo). As diferenças entre os dois Inquéritos (2020/21, 1.º semestre e 2022/2023, 2.º semestre) têm, contudo, um significado muito consistente. Embora não se desconsidere em absoluto que algumas dessas variações possam ser justificadas por pequenos enviesamentos amostrais.

Quadro 1.13 Estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência por idade, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Alojamento por idade			
		≤21 anos	22 até 24 anos	25 até 29 anos	≥30 anos
Em casa dos pais	<i>n ponderado</i>	3075	1401	512	217
	%	55,3	55,7	45,3	16,2
Numa residência para estudantes	<i>n ponderado</i>	615	212	64	43
	%	11,1	8,4	5,6	3,2
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	<i>n ponderado</i>	76	109	218	834
	%	1,4	4,3	19,3	62,2
Com outros	<i>n ponderado</i>	1434	625	233	71
	%	25,8	24,8	20,6	5,3
Sozinho, em nenhuma das condições anteriores	<i>n ponderado</i>	365	169	105	175
	%	6,6	6,7	9,3	13,0
Total	<i>n ponderado</i>	5565	2517	1131	1340
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 (12) = 4330,832$, $p < 0,001$ V de Cramer = 0,370

O cruzamento entre o contexto de residência e a idade evidencia, ainda, uma relação com significância estatística ($p < 0,001$), com uma intensidade moderada.

Os estudantes do ensino superior demoram em média 38 minutos no percurso entre a sua casa e a instituição de ensino que frequentam. No entanto, novamente em relação a este indicador observamos uma grande diversidade de situações (desvio-

• • •

padrão de 30 minutos) com metade dos estudantes da amostra a dar conta que demora cerca de 30 minutos neste trajeto. Estes dados apresentam também uma grande similitude face ao anterior Inquérito (EVII), com valores muito aproximados aos apresentados no quadro 1.14 (ver Martins e outros, 2021).

Quadro 1.14 Tempo despendido no trajeto entre o alojamento e a instituição de ensino, 2022/23 (2.º semestre) (em minutos)

	Tempo entre casa e instituição de ensino
<i>n ponderado</i>	<i>10219</i>
Média	38.0
Mediana	30.0
Desvio-padrão	30.0

Quadro 1.15 Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o local da instituição de ensino, 2022/23 (2.º semestre) (% e *n ponderado*)

	Local de estudos	
	<i>n ponderado</i>	%
Não é capital	<i>7486</i>	70,6
Capital	<i>3117</i>	29,4
Total	<i>10603</i>	100,0

Quadro 1.16 Local de estudos dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição, 2022/23 (2.º semestre) (% e *n* ponderado)

	Tipo de instituição			
	Universitário		Politécnico	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Não é capital	3704	58,4	3782	88,7
Capital	2636	41,6	482	11,3
Total	6339	100,0	4264	100,0

$$\chi^2(1) = 125,566, p < 0,001, V \text{ de Cramer} = 0,326$$

Cerca de 30% dos estudantes vive na capital, embora nesta condição exista uma grande diferença entre estudar no subsistema universitário e no politécnico (quadro 1.16). Esta é uma verificação com significado estatístico ($p < 0,001$,) e com intensidade na relação entre as duas variáveis moderada (V de Cramer = 0,326). Devido à implementação regional da rede de oferta de ensino superior politécnico, o número de inscritos tem uma maior dispersão pelo território (como se pode observar no quadro 1.16).

1.4 A experiência de imigração no ensino superior

O ensino superior, como um palco (institucional) mais internacionalizado, onde os estudantes estrangeiros e imigrantes são hoje um segmento relativamente relevante (Martins e outros, 2018 e 2021). Estas presenças evidenciam uma maior diversificação de públicos, já verificado nos últimos estudos efetuados (Martins e outros, 2018 e 2021), contribuindo para aquilo que Hauschildt et al (2015) apelidaram de declínio do 'estudante normal'. No entanto, apesar de se tratar de um segmento - estudantes internacionais ou com experiência migratória - que vinha a crescer de forma paulatina, desde a pandemia parece ter minguado a sua relevância entre aqueles que frequentam o ensino superior.

A presença daqueles que contam com uma experiência migratória (1ª e 2ª gerações) e os estudantes internacionais⁵ tem sido, em termos gerais, relativamente irregular. Alguns autores dão conta da importância das vias alternativas de acesso ao ensino superior nas oportunidades de entrada destes estudantes no ensino superior. Autores como Griga e Hadjar (2014) e Murdoch e outros (2016) sublinham a importância das vias profissionais para esse alargamento em alguns países europeus, desde que o modelo do sistema educativo não seja muito hierarquizado.

Quadro 1.17 Experiências e origens migratórias dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Experiência ou origem migratórias	
	<i>n ponderado</i>	%
2ª geração, origem migratória mista (mãe ou pai nascidos no estrangeiro)	233	11,2
2ª geração, origem migratória estrangeira (ambos os pais nascidos no estrangeiro)	1185	2,2
1ª geração	402	3,8
Nativos (estudantes sem origem imigrante e com percursos prévios de escolaridade em Portugal)	7836	74,3
Internacionais (qualificações obtidas em Instituições de Ensino estrangeiras)	746	7,1
Outros	146	1,4
Total	10550	100,0

Nota 1: O indicador de origem migratória (*Migration background*) refere-se aqui à situação de migração (país de nascimento dos pais e inquirido), bem como ao país onde o estudante esteve previamente a estudar (país de educação prévia), enquanto o indicador "origem ou experiência migratória (independentemente do país onde o estudante estudou previamente)" apenas se centra no país de nascimento do estudante.

Nota 2: Alguns dos pais nascidos nas ex-colónias portuguesas (como Angola e Moçambique), podem não ser de origem imigrante, mas sim ter origens em famílias que integraram o processo de descolonização. Esses casos têm um peso relativamente marginal neste segmento, aqui considerados como imigrantes de 2ª geração.

⁵ Em Portugal os estudantes provenientes de países africanos de expressão portuguesa e Brasil representam a maior parte do conjunto destes estudantes. Muitos ingressam nas Instituições de ensino superior em Portugal ao abrigo de um concurso especial promovido nos diversos países africanos no âmbito de convénios celebrados com o Estado português – que reserva uma cota de até 10% a mais ao CNA para este contingente. (Cf. Decreto-Lei n.º 393-A, de 2 de outubro de 1999 e Portaria n.º 854-B de 4 de outubro de 1999).

• • •

Considerando os quadros 1.17 e 1.18, 24,3% dos estudantes teve ou tem uma experiência de migração, quer diretamente (10,1 % de 1.ª geração, incluindo os estudantes internacionais), quer por via das suas origens (13,4% dos estudantes têm país imigrantes). Tais dados são muito relevantes para desocultar a caracterização deste tipo de públicos e sobre o qual se desconheciam os padrões e características de frequência no sistema de ensino superior (Martins e outros, 2018 e 2021). Apesar de se registar uma ligeira queda neste tipo de presença (face ao anterior Inquérito, o EVII), as feições sociais do sistema de ensino superior português são hoje mais diversificadas. Os estudantes internacionais inscritos em instituições portuguesas de ensino superior são hoje de 7,1% (quadro 1.17 e figura 1).

Quadro 1.18 Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente) dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente)	
	<i>n ponderado</i>	%
2ª geração, origem mista	1192	11,3
2ª geração, origem imigrante	245	2,3
1ª geração de imigração	1070	10,1
Nativo	7874	74,6
Outros	171	1,6
Total	10552	100,0

Nota: Ver notas do quadro 1.17.

1.5 Ser estudante e ter uma necessidade específica

A educação e os sistemas educativos enfrentam vários desafios em relação à educação inclusiva, no que respeita ao acesso e apoio à educação de pessoas com necessidades específicas. Estas continuam a enfrentar barreiras jurídicas, financeiras, administrativas e físicas nos estabelecimentos de ensino superior prejudicando o desenvolvimento da sua formação.



Quadro 1.19 Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Doença física crónica	840	7,9
Problema de saúde mental	950	9,0
Incapacidade de mobilidade	105	1,0
Incapacidade sensorial (visão, audição)	1235	11,6
Dificuldade de aprendizagem (PHDA, dislexia)	339	3,2
Outro problema de saúde/ limitação funcional/ incapacidade permanentes	486	4,6
Sem incapacidade	7505	70,8

Quase 30% dos estudantes declara ter alguma incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, valor que aumentou face ao último Inquérito (EVII, de 2020/21, 1º semestre). Na amostra parecem estar mais presentes estudantes com alguma incapacidade visual ou auditiva (11,6%), mas reforçou-se de uma forma flagrante aqueles que deram conta de um problema de saúde mental (9%). Outros trabalhos dão conta também de um aumento progressivo de 2017/18 a 2021/22 e de forma muito expressiva no ano letivo 2022/23 de estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior (Nogueira e outros, 2023).

Quadro 1.20 Estudantes do ensino superior segundo o impacto que a sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional manifestam nas tarefas do dia-a-dia e de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (%)

		Impacto nas atividades de estudo	Impacto nas tarefas correntes do dia-a-dia
Limitação severa	%	5,9	3,2
Limitação, mas não severa	%	38,4	45,2
Sem limitação	%	55,6	51,6
Total	<i>n ponderado</i>	2895	2902
	%	100,0	100,0

• • •

Embora a maioria dos estudantes não revele nenhuma limitação em relação à sua condição de saúde ou funcional, mais de um terço destes estudantes diz que sente alguma limitação, mas não de forma severa (38,4% nas atividades de estudo e 45,5% nas tarefas do dia-a-dia).

Quadro 1.21 Estudantes do ensino superior segundo a classificação que atribuem aos apoios que recebem para fazer face às suas incapacidades, problemas de saúde ou limitações funcionais nos estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Totalmente suficiente	111	8,7
Parcialmente suficiente	151	11,9
Totalmente insuficiente	753	59,3
Não pretende/Não precisa de apoio	254	20,0
Total	1268	100,0

Apenas um quinto destes estudantes declara que os apoios para fazer face às suas incapacidades, problemas de saúde ou limitações funcionais nos estudos são (totalmente) suficientes e 59,3% considera totalmente insuficiente tais apoios (quadro 1.21).

Capítulo 2.

(IR) ESTUDAR NO ENSINO SUPERIOR

Nas últimas quase 50 décadas, o sistema de ensino superior transformou-se a favor de uma maior abertura e diversidade social, tornando efetivos os processos de democratização. Apresentam-se de seguida alguns aspetos da diversidade de percursos e experiências escolares e académicos, são eles: os trajetos anteriores e as vias de acesso ao ensino superior; os tempos dessa transição; a presença de percursos internacionais nas qualificações prévias ao acesso; e o reconhecimento e as experiências de trabalho, com traduções diferenciadas, tanto no acesso como no desenvolvimento de uma formação no ensino superior.

2.1 O acesso e a transição para o ensino superior

No conjunto da amostra, 87,4% dos estudantes demoraram menos de dois anos na transição para o ensino superior, dando conta que, na sua grande maioria, os estudantes fazem percursos de qualificação diretos e sem interrupções.

O “acesso tradicional” ao ensino superior tem vindo a ser desafiado pelos estudantes que adiam a entrada na educação terciária em favor da entrada no mercado de trabalho, ou por falta de condições socioeconómicas, ou simplesmente porque fazem uma interrupção nos estudos (*gap year*) depois de concluírem o ensino secundário. Apesar de constituírem uma fração relativamente reduzida - os estudantes “não-tradicionais”, a concretização efetiva do alargamento da base social está a obrigar a repensar os mecanismos e as políticas de acesso ao ensino superior (como referem Torotcoi e outros, 2020).

Quadro 2.1 Tempo de transição do ensino secundário para ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Até dois anos	9147	87,4
Mais de dois anos	1317	12,6
Total	10464	100,0

• • •

Numa tendência que se vem desenhando desde o último Inquérito (EVII, em 2020/21, 1º semestre), os estudantes portugueses (na amostra do EVIII, 2022/23, 2º semestre) que tiveram um acesso não-tradicional ou que acederam ao ensino superior por vias alternativas representam 6,8% (quadro 2.2). Valores muito abaixo dos verificados no inquérito do EUROSTUDENT VI (que o situava à volta dos 20% em 2017). As regras de acesso ao ensino superior mudaram a partir do ano letivo 2019/2020, como resposta política à pandemia, com aplicação ainda nos anos letivos seguintes (mais concretamente nos anos de implementação dos 3 últimos inquéritos, de 2020/21 a 2022/23). Os exames de conclusão do ensino secundário foram eliminados e apenas se mantiveram os exames de acesso ao ensino superior. Tal permitiu que mais estudantes pudessem concluir o ensino secundário e estarem habilitados a aceder ao ensino superior, através das vias gerais (ou tradicionais). O aumento da taxa de conclusão do ensino secundário e a diminuição de oportunidades de emprego dirigidas a este segmento podem ter promovido este acesso direto ao ensino superior. Tal dinâmica pode explicar a diminuição relativa dos percursos não-tradicionais.⁶ Mesmo considerando esta informação contextual, e de certa forma corroborada pelos indicadores analisados anteriormente, não excluimos a possibilidade de se somar a estes efeitos algum enviesamento amostral.

⁶ Em 2020 houve uma alteração que procura promover o aumento do ingresso dos estudantes provenientes de cursos de dupla certificação, materializado na criação de um novo contingente especial que mediante adesão das Instituições de Ensino Superior, pode preencher até 15% de vagas correspondentes aos ingressos via Concurso Nacional de Acesso, embora nem todos os candidatos de dupla certificação sejam enquadráveis nas vias não tradicionais, como é o caso dos estudantes do ensino profissional. Cf. Decreto-Lei n.º 11/2020 de 2 de abril, que altera e republica o Decreto-Lei 113/2014, de 16 de julho, e cria os concursos especiais de ingresso no ensino superior para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados, consagrando que os candidatos destas duas vias realizam provas nas instituições de ensino superior às quais se candidatam, tendo em vista avaliar os conhecimentos e competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no ciclo de estudos aos quais apresentem candidatura. A regulamentação desta lei através da portaria 150/2020 de 22 de junho, potencia também o alargamento da base de recrutamento dos “Maiores de 23 anos”, ao permitir que este contingente dos adultos possa ocupar entre 5% a 20% de vagas acima das definidas para o CNA; alocando outros 20% para os restantes contingentes especiais que até então ingressavam pela mesma cota dos M23.



Quadro 2.2 Vias de acesso ao ensino superior (vias tradicionais ou vias não tradicionais⁽¹⁾), 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Vias não tradicionais	722	6,8
Vias tradicionais	9881	93,2
Total	10603	100,0

⁽¹⁾ Este indicador baseia-se no conceito do Projeto EUROSTUDENT que define os estudantes que obtiveram certificado comum exigido pelos sistemas nacionais de ensino secundário para a conclusão do ensino secundário (incluindo a educação profissional), nacional ou equivalente estrangeiro, e também quando o acesso vem na sequência da conclusão do ensino secundário como **acesso tradicional**. Aqueles que não entraram no ensino superior com um certificado de conclusão de ensino secundário regular (ou equivalente legal) ou o obtiveram mais tarde no seu percurso consideram-se como tendo acedido por **vias como não tradicionais**.

Quadro 2.3 Distribuição dos estudantes do ensino superior por tipo de vias de acesso ao ensino superior segundo a idade, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Vias não tradicionais		Vias tradicionais	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Idade ¹	Até 21 anos	100	1,8	5484	98,2
	22 a 24 anos	135	5,3	2398	94,7
	25 a 29 anos	147	12,9	985	87,1
	30 anos ou mais	340	25,1	1014	74,9
Sexo ²	Feminino	344	6,0	5401	94,0
	Masculino	378	7,8	4480	92,2
Tipo de instituição de ensino superior ³	Universitário	356	5,6	5983	94,4
	Politécnico	366	8,6	3898	91,4

¹ $\chi^2 (3) = 1013,092, p < 0,001$ V de Cramer = 0,309

² $\chi^2 (1) = 13,338, p < 0,001$ V de Cramer = 0,035

³ $\chi^2 (1) = 35,375, p < 0,001$ V de Cramer = 0,058

Mesmo considerando que a presença de estudantes que acedem ao ensino superior através de percursos não-tradicionais é relativamente reduzida na presente amostra, a sua presença manifesta-se de forma distinta de acordo com diferentes formas de qualificação e de acesso à educação terciária que se diversificaram nos últimos 10

• • •

anos. Os impactos destes processos têm sido progressivos, mas notados (Silva e Serrano, 2015). O acesso por vias não-tradicionais configura um padrão mais incidente nos maiores de 30 anos de idade (um quarto desses estudantes) e ligeiramente mais presente no ensino politécnico e entre o segmento masculino dos estudantes (quadro 2.3). Os cruzamentos realizados no quadro 2.3 e que têm por referência a variável vias de acesso são estatisticamente significativos, apresentando uma associação moderada quando cruzada com o indicador da idade (V de Cramer =0,309).

2.2 Percursos no ensino superior

Já a frequentar o ensino superior, os percursos podem ser pautados por diferentes tempos e ritmos de realização.

Quadro 2.4 Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início de um programa de estudos de mestrado segundo o tipo de instituição, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Universitário		Politécnico		Total	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Menos de um ano após conclusão do programa de estudos anterior	993	69,7	214	45,4	1207	63,6
Entre um ano e dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	184	12,9	69	14,6	252	13,3
Mais de dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	249	17,4	189	40,0	437	23,1

$\chi^2 (2) = 112,057, p < 0,001$ V de Cramer = 0,243

A grande maioria dos estudantes transita do programa de estudos anterior para o mestrado de forma direta (em menos de um ano). Isto é mais evidente no ensino universitário. Tal sequência pode dever-se ao alargamento deste nível de ensino (mestrados) como uma etapa de progressão quase “natural” nos percursos dos estudantes do ensino superior. A implementação do processo de Bolonha em Portugal, com um desenho institucional definido sobretudo na segunda metade da



década de 2000, facilitou uma maior inscrição e graduação ao nível de uma formação de 2.º ciclo, particularmente nestes cursos de mestrado. Esta transição mais rápida e direta tem-se intensificado e identificado mais frequentemente nos estudantes que já se encontram a estudar no ensino superior (veja-se o indicador do quadro 2.4 e o seu correspondente no relatório de Martins e outros, 2021).

Entre os estudantes da amostra existe uma maior concentração de inscritos no 1.º ano (36,5%) do programa de estudos frequentado. Este é o ano crítico de frequência no ensino superior, representa para estes alunos um momento de transição complexa. Com exceção do 2.º ciclo de estudos (os mestrados), que têm um terço dos seus alunos inscritos no 1.º ano, é nos ciclos de estudos de menor duração que, como seria expectável, existe uma maior concentração de inscritos no 1.º ano, nomeadamente nos cursos técnicos superiores profissionais e nas pós-graduações. Alguns dados (RAIDES, DGEEC, 2012) dão conta que a taxa de abandono tem uma maior incidência, precisamente, no 1.º ano. Em termos institucionais também é comum esta verificação (Gil e outros, 2021). No quadro 2.5 o 2.º ano tem também um peso importante (23,6%), embora com alguma distância do ano inicial.

Quadro 2.5 Estudantes do ensino superior por ano de estudo no atual programa de estudos, segundo o ciclo de estudos, 2022/23 (2.º semestre) (%)

			Ciclo de estudos					Total
			Curso Técnico Superior Profissional	Licenciatura (1.º ciclo)	Mestrado (2.º ciclo)	Mestrado integrado	Pós-graduação	
Ano de escolaridade	Ano 1	%	57,9	37,8	35,3	17,9	58,0	36,5
	Ano 2	%	31,3	26,3	19,1	10,9	4,8	23,6
	Ano 3	%	4,2	22,6	5,7	21,8	3,3	18,5
	Ano 4	%	3,6	8,0	10,4	17,5	0,2	9,1
	Ano 5	%	0,3	1,9	11,3	18,7	5,1	5,1
	Ano 6	%	0,8	1,2	4,6	4,9	5,0	2,1
	Ano 7	%	0,0	0,5	3,3	1,7	0,0	1,1
	Ano 8	%	0,1	0,3	1,5	3,4	0,0	0,8
	Ano 9	%	0,0	0,2	0,8	1,1	2,5	0,4
	Ano 10	%	0,0	0,3	0,9	0,4	1,6	0,4
	> Ano 10	%	2,0	0,9	7,2	1,8	19,5	2,3
	Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<i>n ponderado</i>		<i>503</i>	<i>6900</i>	<i>1859</i>	<i>993</i>	<i>68</i>	<i>10323</i>

2.3 Experiência internacional na formação

Quanto à presença de estudantes com escolarização e qualificações no estrangeiro, prévias à frequência no ensino superior português, verificamos que o seu peso é de 7,1%. É sobretudo nos mestrados que existe uma maior concentração destes estudantes, com um significado já expressivo (11,9%), tendo os homens também mais presença neste tipo de percurso.

Apesar deste tipo de dinâmicas ainda serem, de certa forma, marginais, o certo é no contexto europeu, nos últimos 30 a 40 anos, a internacionalização evoluiu no ensino superior, passando de marginal para um elemento fundamental nas políticas e na agenda europeia (Wit e Deca, 2020).

Quadro 2.6 Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior português (local onde obtiveram certificação para aceder ao ensino superior) segundo o grau de qualificação, o tipo de instituição de ES e o sexo, 2022/23 (2.º semestre) (% e ponderado)

		Proveniência educativa/académica					
		Estudantes com qualificação prévia no estrangeiro		Estudantes com qualificação prévia em Portugal		Total	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Ciclo de estudos ¹	Curso Técnico Superior Profissional	44	8,4	477	91,6	521	100,0
	Licenciatura	382	5,4	6703	94,6	7085	100,0
	Mestrado	227	11,9	1682	88,1	1909	100,0
	Mestrado integrado	93	9,3	913	90,7	1006	100,0
	Pós-graduação	6	7,3	74	92,7	80	100,0
Tipo de instituição ²	Universitário	443	7,0	5895	93,0	6338	100,0
	Politécnico	309	7,2	3954	92,8	4263	100,0
Sexo ³	Feminino	346	6,0	5398	94,0	5743	100,0
	Masculino	407	8,4	4451	91,6	4858	100,0

¹ $\chi^2 (4) = 106,332$, $p < 0,001$ V de Cramer = 0,100

² $\chi^2 (1) = 0,259$, $p = 0,611 > 0,05$ V de Cramer = 0,005

³ $\chi^2 (1) = 22,110$, $p < 0,001$ V de Cramer = 0,046



Quando estão a frequentar um mestrado (2.º ciclo) e não fizeram o seu grau anterior em Portugal, os estudantes indicam, sobretudo, ter qualificações fora do continente europeu.

Quadro 2.7 Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado	
	<i>n ponderado</i>	%
Em Portugal	1682	90,5
Dentro da EHEA	18	1,0
Fora da EHEA	161	8,5
Total	1860	100,0

Nota: EHEA - European Higher Education Area

2.4 Experiências de trabalho: impactos no acesso e no desenvolvimento da formação

Um terço dos estudantes tiveram experiências de trabalho remunerado antes de ingressarem no ensino superior, um valor um pouco mais reduzido face ao último Inquérito (EVII). Este tipo de experiência envolveu, sobretudo, trabalhos ocasionais de menos de um ano (16,2%) ou de pelo menos um ano mas menos de 20 horas por semana em atividades remuneradas (16,6%).

Quadro 2.8 Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Experiência de trabalho, anterior ao ingresso no ens. superior	
	<i>n ponderado</i>	%
Trabalho contínuo durante, pelo menos, um ano sem interrupção e menos de 20 horas por semana	1753	16,6
Trabalho contínuo durante, pelo menos, um ano sem interrupção e, pelo menos 20 horas por semana	187	1,8
Sim, mas menos de um ano	1714	16,2
Não trabalhei antes de ingressar no ensino superior	6904	65,4
Total	10558	100,0



As experiências de trabalho remunerado antes da entrada no ensino superior são mais frequentes nos alunos com pais sem qualquer qualificação no ensino superior, também naqueles que entraram mais tarde no sistema e entre os que já estão no ensino superior e acumulam atividade remunerada (sobretudo com menos de 20 horas por semana) (ver quadro 2.10).

Quadro 2.9 Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior por parte dos estudantes do ensino superior segundo o nível de escolaridade dos pais, o tipo de entrada no ensino superior, e o grau de atividade laboral, 2022/23 (2.º semestre) (%)

		Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior					
		Trabalho contínuo durante pelo menos <u>um ano sem interrupção</u> e menos de 20 horas por semana	Trabalho contínuo durante, pelo menos, <u>um ano sem interrupção</u> e, pelo menos 20 horas por semana	Sim, <u>mas menos de um ano</u>	Não trabalhei antes de ingressar no ensino superior	Total	
		%	%	%	%	%	<i>n ponderado</i>
Escolaridade dos pais ¹	Sem ensino superior	19,7	2,0	16,6	61,6	100,0	6211
	Com ensino superior	11,2	1,4	15,6	71,9	100,0	4162
Tipo de entrada no ensino superior ²	Entrada direta	9,0	1,6	17,1	72,3	100,0	9138
	Entrada não direta	70,5	3,4	10,0	16,1	100,0	1304
Grau de atividade laboral ³	0h/semana	5,9	0,8	15,4	77,9	100,0	7251
	1h a 20h por semana	23,3	5,0	24,2	47,6	100,0	1403
	>20h/semana	52,7	3,2	13,3	30,7	100,0	1860

¹ $\chi^2(3) = 159,718, p < 0,001$ V de Cramer = 0,124

² $\chi^2(3) = 3195,914, p < 0,001$ V de Cramer = 0,553

³ $\chi^2(6) = 2798,094, p < 0,001$ V de Cramer = 0,365



Quadro 2.10 Estudantes do ensino superior a tempo parcial, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Estudantes do ensino superior a tempo parcial	
	<i>n ponderado</i>	%
Estudante a tempo inteiro	9116	86,1
Estudante a tempo parcial	1470	13,9
Total	10586	100,0

Os estudantes têm estado enquadrados, sobretudo, por um regime a tempo inteiro (86%) (ver quadro 2.11). Tal é convergente com a intensidade do envolvimento laboral (nomeadamente, os que têm mais de 20h nesta atividade). As variáveis estão relacionadas com uma intensidade moderada (V de Cramer=0,534) (quadro 2.12).

Quadro 2.11 Estudantes a tempo parcial segundo horas semanais de trabalho remunerado, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Grau de atividade laboral/					
	0h/semana		1-20h/semana		>20h/semana	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Estudante a tempo inteiro	7060	97,2	1116	79,3	910	48,7
Estudante a tempo parcial	203	2,8	292	20,7	958	51,3
Total	7263	100,0	1408	100,0	1868	100,0

$\chi^2(2) = 3005,321, p < 0,001$ V de Cramer = 0,534

• • •

Capítulo 3.

DESPESAS E CUSTOS DE VIDA DOS ESTUDANTES

3.1 Despesas dos estudantes

3.1.1 Montantes totais

Em média, o total de estudantes despense pouco mais de 900 euros/mês (903.9 euros/mês) entre custos de vida e despesas com educação. Este valor, como se pode deduzir através da análise do desvio padrão associado (552.3 euros/mês), tem, no entanto, subjacente uma grande heterogeneidade de situações.⁷ A idade e condição perante a atividade económica, assim como a fonte de rendimentos que sustentam as despesas mensais são dimensões particularmente relevantes na variação do montante médio de custos declarados pelo conjunto de estudantes na amostra.

Quadro 3.1 Despesas dos estudantes, custos totais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	4882	<i>n</i>
Média	903,9	euros
Mediana	754,6	euros
Desvio-padrão	552,3	euros

⁷ Como nota prévia ao capítulo, é útil sublinhar que os dados aqui apresentados referentes às despesas dos estudantes provêm das suas perceções declaradas no ato de preenchimento do questionário e não com base em nenhuma fonte institucional.

Quadro 3.2 Despesas dos estudantes, custos totais, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Despesas dos estudantes (em euros por mês)			
		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Idade	Até 21 anos	2624	777.1	681.3	434.3
	22 até <25 anos	1239	881.0	740.0	492.6
	25 até <30 anos	521	999.3	875.8	528.9
	30 anos ou mais	498	1,528.9	1,382.6	784.8
Condição perante atividade económica	0h	3334	798.2	687.5	455.5
	1 a 20h por semana	731	979.3	828.9	583.0
	> 20h por semana	811	1,269.3	1,143.3	701.4
Fonte de rendimentos	Dependente da família	3045	901.8	747.4	548.4
	Dependente de rendimento próprio	666	1,081.2	958	617.3
	Dependente de apoio público aos estudantes	215	518.2	469.1	262.9
	Outro	217	873.4	792.9	508.2

Com efeito, os dados permitem observar uma relação entre o volume médio de despesas declaradas pelos estudantes e a idade e condição perante a atividade económica. Os estudantes mais velhos e também com envolvimento mais intenso no trabalho (>20 horas), tal como os que têm rendimentos próprios (de trabalho) são os que declaram ter um maior volume médio de despesas por mês. No extremo oposto, os estudantes bolseiros, cuja principal fonte de rendimentos são as transferências diretas do Estado declaram um padrão de despesas que ronda em termos médios os 518.2 euros/mês. Neste segmento de estudantes, 50% dos estudantes têm despesas até 469 euros/mês (quadro 3.2).

3.1.2 Custos de vida

Na análise detalhada dos gastos mensais percecionados pelos estudantes, os “custos de vida”, relativos às diversas componentes de gastos com manutenção, correspondem a sensivelmente 85% das despesas mensais. Nestes custos o alojamento, a alimentação e os transportes correspondem em termos médios às



fatias mais relevantes. Mas tal como no todo de gastos verifica-se uma grande assimetria na sua distribuição seja por categoria de gastos, seja por perfil de estudante e região em que está localizada a região de ensino.

Quadro 3.3 Despesas dos estudantes, custos de vida totais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	4984	<i>N</i>
Média	762.3	Euros
Mediana	630.0	Euros
Desvio-padrão	493.9	Euros

Nota: O indicador “custos de vida” integra nove categorias de consumo geral de manutenção: alojamento, alimentação, transporte, comunicação, saúde, assistência à infância, pagamentos de dívidas (exceto amortizações), atividades de lazer social e outras despesas comuns. O indicador “Peso dos custos de vida nos custos totais” mede a parcela de despesas de manutenção no cabaz de despesas mensais dos estudantes (que inclui também as despesas inerentes às atividades de estudo).

No conjunto das despesas com os custos de vida, os estudantes dependem em média mensal 762 euros. As contribuições dos pais para este tipo de despesa são maiores quando os estudantes ainda residem com os pais, sendo também mais dependentes da família nestes casos (quadro 3.4). Os custos de vida ocupam a grande fatia (acima dos 84%) das despesas totais dos estudantes, apresentando um maior volume com a idade e quanto maior é autonomia dos estudantes (quer por via do trabalho, quer por via dos contextos de residência).

Não obstante, nas perceções dos estudantes as contribuições dos pais para este tipo de despesa são maiores quando permanecem na residência de origem. Estes estudantes que permanecem em casa dos pais durante o período letivo, assumem também ser mais dependentes da família, realizando, com maior frequência, o pagamento direto de despesas relacionadas com os seus custos de vida (quadro 3.4).



Quadro 3.4 Despesas dos estudantes, custos de vida, pagos pelos próprios, pagos pelos pais e de forma agregada (pago pelos pais e pelos próprios), modo de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n</i> <i>ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio- padrão
Pago pelos próprios (em euros por mês)	Modo de residência	Estudantes que vivem com os pais	2368	192.4	100.0	263.2
		Estudantes que não vivem com os pais	4345	480.3	360.0	492.4
	Contexto de residência	Em casa dos pais	2368	192.4	100.0	263.2
		Numa residência para estudantes	707	301.0	250.0	282.1
		Nem em casa dos pais nem em residência para estudantes	3607	515.9	400.0	517.9
	Dependente de fonte de rendimentos	Família	3077	195.0	100.0	283.1
		Rendimento próprio	676	672.7	560.0	524.1
		Apoio público aos estudantes	215	346.3	319.7	251.1
		Outro	217	460.9	400.0	358.0
	Pago pelos pais (em euros por mês)	Modo de residência	Estudantes que vivem com os pais	2527	601.7	530.0
Estudantes que não vivem com os pais			3632	374.2	320.0	357.9
Contexto de residência		Em casa dos pais	2527	601.7	530.0	468.4
		Numa residência para estudantes	674	345.6	257.4	338.9
		Nem em casa dos pais nem em residência para estudantes	2932	379.1	339.6	360.7
Dependente de fonte de rendimentos		Família	3819	562.0	496.0	424.5
		Rendimento próprio	690	245.8	130.0	312.2
		Apoio público aos estudantes	224	97.3	52.2	122.6
		Outro	228	270.2	150.0	299.7
pago pelos pais e pelos próprios (em euros por mês)		Modo de residência	Estudantes que vivem com os pais	1868	836.9	752.0
	Estudantes que não vivem com os pais		3116	717.5	578.0	503.1
	Contexto de residência	Em casa dos pais	1868	836.9	752.0	468.9
		Numa residência para estudantes	567	547.3	465.0	324.1
		Nem em casa dos pais nem em residência para estudantes	2531	755.3	605.0	528.2
	Dependente de fonte de rendimentos	Família	3077	761.0	630.0	487.3
		Rendimento próprio	676	914.4	780.0	563.8
		Apoio público aos estudantes	215	442.1	400.0	229.4
		Outro	217	723.9	626.0	438.8

Custos com alojamento

O alojamento é talvez o tipo de despesa com mais impacto no conjunto de encargos dos estudantes do ensino superior – a rondar, em termos médios, os 300 euros por mês, mas com situações muito diversas (244.8 euros de desvio-padrão) (quadro 3.5).

Quadro 3.5 Despesas dos estudantes – custos com alojamento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

	Despesas dos estudantes - custos com alojamento (em euros por mês)
<i>n ponderado</i>	4942
Média	299.2
Mediana	245.0
Desvio-padrão	254,4

Numa leitura geral, a análise por categoria de despesas confirma que estudar na capital (Lisboa) implica, para os estudantes deslocados, um acréscimo de encargos com o alojamento (resultando no valor médio por mês 363 euros; associados a um desvio-padrão de 303 euros) (quadro 3.6).

No total dos estudantes na amostra, os custos com alojamento representam a maior fatia de despesas (33,5%). Este dado é particularmente relevante atendendo ao peso de deslocados da casa dos pais por motivos de estudo. Num quadro estrutural de défice de oferta de residências geridas pela ação social no ensino superior (Mauritti et al. 2023a), apenas 9% dos estudantes estão alojados numa residência estudantil. Os estudantes em residências, como seria de esperar, são os que conseguem ter uma despesa média mais baixa em termos de alojamento (em média 213 euros por mês) (quadro 3.6).



Quadro 3.6 Despesas dos estudantes - custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Idade	Até 21 anos	2626	271.6	225.0	213.0
	22 até <25 anos	1234	278.9	230.0	202.5
	25 até <30 anos	544	327.4	250.0	289.9
	30 anos ou mais	539	452.0	400.0	348.9
Condição perante atividade económica	0h	3383	276.6	225.0	224.6
	1 a 20h por semana	718	304.5	250.0	226.4
	> 20h por semana	836	385.9	300.0	310.8
Contexto de residência	Em casa dos pais	1831	305.7	200.0	261.1
	Numa residência para estudantes	564	213.2	150.0	183.8
	Com companheiro(a)	592	441.2	400.0	334.0
	Com outros	1509	260.0	245.0	156.5
	Sozinho	427	325.3	262.7	263.8
Fonte de rendimentos	Dependente da família	3005	306.5	250.0	247.3
	Dependente de rendimento próprio	658	330.0	250.0	265.9
	Dependente de apoio público aos estudantes	206	170.6	150.0	129.5
	Outro	217	261.9	200.0	208.6
Densidade populacional da localização da instituição Educativa	Menos de 100.000 habitantes	1197	245.9	200.0	184.2
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	2307	286.9	240.0	222.7
	Capital (Lisboa)	1438	363.3	300.0	302.6

Nota: as categorias referentes aos contextos de residência são mutuamente exclusivas e referem-se à residência principal em período letivo.

Custos com alimentação

Quadro 3.7 Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)

	Custos com alimentação, pagos pelos próprios (em euros por mês)	Custos com alimentação, pagos pelos pais (em euros por mês)
<i>n ponderado</i>	7838	7238
Média	87.4	113.5
Mediana	50.0	90.0
Desvio-padrão	116.2	131.8

Em relação a despesas específicas, como a alimentação, pagas pelos próprios, fica patente que quanto mais velhos, em contextos de residência e tipo de rendimentos de maior autonomia, maior é o seu montante. Por outro lado, verifica-se uma tendência de sentido contrário, quando esta despesa é paga diretamente pelos pais (quadro 3.8).

Quadro 3.8 Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, contexto de residência e fonte de rendimento 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

			<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Pagos pelos próprios (em euros por mês)	Idade	Até 21 anos	3804	49.7	20.0	72.3
		22 até <25 anos	1866	65.9	38.6	80.5
		25 até <30 anos	942	117.1	100.0	106.3
		30 anos ou mais	1226	214.5	200.0	172.3
	Contexto de residência	Em casa dos pais	3358	43.2	0.0	73.2
		Numa residência para estudantes	729	93.2	80.0	97.2
		Com companheiro(a)	1129	211.5	200.0	176.2
		Com outros	1928	77.8	50.0	83.2
		Sozinho	661	120.8	100.0	107.0
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	3068	50.4	0.0	86.7
		Dependente de rendimento próprio	673	150.0	141.4	125.4
		Dependente de apoio público aos estudantes	213	100.2	80.0	86.8
		Outro	216	121.1	100.0	102.9
Pagos pelos pais (em euros por mês)	Idade	Até 21 anos	4055	114.5	90.0	129.3
		22 até <25 anos	1862	117.9	100.0	126.7
		25 até <30 anos	715	100.8	50.0	139.2
		30 anos ou mais	607	108.2	0.0	152.2
	Contexto de residência	Em casa dos pais	3521	144.7	100.0	151.3
		Numa residência para estudantes	687	80.9	50.0	97.2
		Com companheiro(a)	647	106.9	50.0	138.8
		Com outros	1824	81.4	60.0	88.6
		Sozinho	531	67.2	20.0	90.0
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	3797	137.9	100.0	134.6
		Dependente de rendimento próprio	676	79.2	0.0	117.6
		Dependente de apoio público aos estudantes	221	24.2	0.0	49.0
		Outro	225	70.5	0.0	97.1

A observação dos parâmetros de variação de despesas com alimentação denota a importância dos preços sociais ligados às refeições em cantina, especialmente no

• • •

caso de estudantes dependentes de apoios públicos diretos. Neste segmento as despesas com alimentação pagas diretamente pelos próprios (média 100 euros/mês, mediana 80 euros/mês), apesar de relativamente contidas na comparação com outros estudantes, são parcamente compensadas por pagamentos diretos da família (pelo menos metade destes estudantes não assume qualquer pagamento direto de despesas de alimentação por parte da família).

Custos com transportes

Os custos em transportes diminuíram em relação ao último Inquérito (EVII), situando-se agora nos 62 euros por mês (quadro 3.9). A redução deste valor médio pode ficar a dever-se às políticas recentes de financiamento de transportes públicos dirigidas a jovens e estudantes.

Quadro 3.9 Despesas dos estudantes - custos com transportes, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>6907</i>	<i>n</i>
Média	62.2	Euros
Mediana	40.0	Euros
Desvio-padrão	72.1	Euros

Quanto mais ativos economicamente e mais velhos maior é o valor gasto em transportes (ver quadro 3.10). Tal consideração sugere que estes segmentos, como nos que residem com companheiro/a, é mais frequente a utilização de transportes próprios, quer para assegurar a mobilidade quotidiana, quer provavelmente, também, para facilitar a conciliação entre atividades de estudos, trabalho e vida familiar.



Quadro 3.10 Despesas dos estudantes - custos com transportes por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, dificuldades financeiras, densidade populacional da localização de estudo e escolaridade dos pais, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Idade	Até 21 anos	3806	50.6	30.0	56.8
	22 até <25 anos	1743	62.1	40.0	69.9
	25 até <30 anos	734	76.6	50.0	74.4
	30 anos ou mais	624	116.1	96.3	117.4
Condição perante atividade económica	0h	4823	52.1	30.0	59.4
	1 a 20h por semana	1056	68.7	40.0	75.8
	> 20h por semana	1016	103.8	80.0	102.0
Contexto de residência	Em casa dos pais	3590	57.2	30.0	67.7
	Numa residência para estudantes	603	50.5	32.0	59.1
	Com companheiro(a)	654	109.6	80.0	112.3
	Com outros	1582	58.7	40.0	58.4
	Sozinho	450	61.6	40.0	67.1
Dificuldades financeiras	Com dificuldades financeiras	1374	67.2	40.0	81.9
	Sem dificuldades financeiras	3160	58.4	40.0	65.0
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	1454	72.8	50.0	77.8
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	3337	63.2	40.0	73.7
	Capital (Lisboa)	2116	53.4	30.0	64.1
Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	3893	67.6	40.0	76.6
	Com ensino superior	2904	54.4	30.0	63.2

No que concerne às despesas com mobilidade, os estudantes que frequentam Instituições de Ensino Superior localizadas em regiões de baixa densidade (com até 100.000 habitantes por km²) declaram despesas médias com transporte um pouco mais elevadas dos que os seus colegas (72.8 euros/mês; desvio padrão 77.8 euros/mês) (ver também quadro 3.10). Este padrão acrescido de despesas com

• • •

transportes assinala desafios específicos associados à mobilidade nas regiões periféricas. Neste aspeto os que estudam na capital, dada a maior disponibilidade de transportes públicos, apresentam gastos médios mais baixos em transportes do que o todo de estudantes (em média têm gastos de 53.4 euros/mês; desvio padrão 64.1 euros/mês) (ver quadro 3.10).

Custos com comunicações

Em relação às despesas em comunicações (como telemóvel, internet, etc.), sobretudo no segmento de estudantes até 25 anos, idades onde se posiciona a esmagadora maioria dos estudantes do ensino superior em Portugal, as mesmas são, sobretudo, asseguradas pelos pais (quadros 3.11 e 3.12).

Quadro 3.11 Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (euros por mês)

	Pagos pelos próprios (em euros por mês)	Pagos pelos pais (em euros por mês)
<i>n ponderado</i>	7458	6865
Média	14.5	24.1
Mediana	0.0	15.0
Desvio-padrão	23,6	30,2

Com efeito. os dados apresentados no quadro 3.12, permitem verificar que, ao contrário dos colegas mais novos, entre os estudantes do escalão dos 30 anos ou mais, que não coabitam com os pais e dependentes de rendimentos próprios, as despesas com comunicações são pagas, sobretudo, diretamente pelos próprios.

Quadro 3.12 Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, modo de residência e fonte de rendimento, 2º semestre de 2022/23 (euros por mês)

			<i>n</i> <i>ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio- padrão	
Pagos pelos próprios (em euros)	Idade	até 21 anos	3532	6.7	0.0	13,8	
		22 até <25 anos	1789	9.4	0.0	17,0	
		25 até <30 anos	919	20.0	15.0	23,1	
		30 anos ou mais	1218	40.3	35.0	33,4	
	Modo de residência	Com os pais	3340	8.8	0.0	18,6	
		Sem os pais	4119	19.1	11.0	26,0	
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2822	6.4	0.0	14,6	
		Dependente de rendimento próprio	635	25.7	17.8	27,8	
		Dependente de apoio público aos estudantes	183	13.8	11.0	19,4	
		Outro	209	21.4	13.0	25,4	
	Pagos pelos pais (em euros por mês)	Idade	até 21 anos	3786	26.0	15.0	30,0
			22 até <25 anos	1786	23.3	15.0	28,4
25 até <30 anos			689	20.9	10.0	32,4	
30 anos ou mais			603	17.9	0.0	33,2	
Modo de residência		Com os pais	3510	30.8	20.0	34,1	
		Sem os pais	3355	17.0	11.0	23,6	
Fonte de rendimentos		Dependente da família	3556	28.0	20.0	30,2	
		Dependente de rendimento próprio	638	15.9	0.0	30,8	
		Dependente de apoio público aos estudantes	187	11.4	0.0	20,1	
		Outro	219	16.3	0.0	25,0	

Custos com saúde

Os gastos em saúde aumentaram face aos dois anos letivos em que vigorou um estado pandémico. Face à contenção no acesso aos serviços de saúde, o pós pandemia trouxe um maior recurso a estes serviços, com um aumento relativo deste tipo de despesas, asseguradas de forma preponderante, no caso do segmento mais jovem, pelos pais dos estudantes (quadros 3.13 e 3.14).

Quadro 3.13 Despesas dos estudantes, custos com saúde pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2º semestre de 2022/23 (euros por mês)

	Pago pelos próprios (em euros por mês)	Pago pelos pais (em euros por mês)
<i>n ponderado</i>	<i>8684</i>	<i>8107</i>
Média	10.4	14.2
Mediana	0.0	0.0
Desvio-padrão	28.6	34.7

Quadro 3.14 Despesas dos estudantes, custos com saúde, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Pago pelos próprios (em euros por mês)	Idade	Até 21 anos	<i>4348</i>	4.6	0.0	18.4
		22 até <25 anos	<i>2048</i>	7.3	0.0	22.5
		25 até <30 anos	<i>1021</i>	15.8	0.0	33.1
		30 anos ou mais	<i>1267</i>	30.6	10.0	46.9
	Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	<i>5154</i>	11.5	0.0	28.2
		Com ensino superior	<i>3375</i>	8.2	0.0	28.8
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	<i>3078</i>	5.7	0.0	19.9
		Dependente de rendimento próprio	<i>678</i>	23.2	9.0	40.2
		Dependente de apoio público aos estudantes	<i>216</i>	10.3	0.0	27.3
		Outro	<i>217</i>	18.3	0.0	40.5
Pago pelos pais (em euros por mês)	Idade	Até 21 anos	<i>4617</i>	15.8	0.0	36.6
		22 até <25 anos	<i>2047</i>	12.9	0.0	32.4
		25 até <30 anos	<i>796</i>	11.6	0.0	28.7
		30 anos ou mais	<i>647</i>	10.4	0.0	34.0
	Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	<i>4566</i>	11.7	0.0	29.5
		Com ensino superior	<i>3423</i>	17.8	0.0	40.8
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	<i>3815</i>	18.2	0.0	36.8
		Dependente de rendimento próprio	<i>682</i>	4.6	0.0	18.0
		Dependente de apoio público aos estudantes	<i>223</i>	3.1	0.0	8.3
		Outro	<i>227</i>	11.7	0.0	35.6



Na tabela 3.14, podemos observar ainda que apesar de pelo menos metade dos estudantes não perceberem ter despesas de saúde, quando as têm estas são mais elevadas entre aqueles cujos pais têm ensino superior.

Custos com atividades sociais e de lazer

As despesas com atividades sociais e lazer aumentaram, com o retomar de relações sociais e sociabilidades no pós-pandemia, ganhando alguma expressão, nomeadamente no quadro das despesas efetuadas diretamente pelos próprios estudantes (quadro 3.15). Este é o tipo de despesas que, tipicamente, é paga pelos próprios no quadro destas despesas.

Quadro 3.15 Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pago pelos próprios (em euros por mês)	Pago pelos pais (em euros por mês)
<i>n ponderado</i>	<i>8678</i>	<i>8099</i>
Média	31.8	16.4
Mediana	20.0	0.0
Desvio-padrão	45.7	38.4

Nos custos de vida as despesas com atividades sociais e de lazer e outras despesas correntes, embora distantes em volume médio das anteriores, têm também alguma expressão, especialmente no segmento de estudantes mais velhos e com maior intensidade de envolvimento em trabalho remunerado. Estas duas categorias de gastos, ao contrário das anteriores, são essencialmente cobertas diretamente pelos próprios estudantes.

Quadro 3.16 Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer, pagos pelos próprios e pelos pais por escolaridade dos pais e fonte de rendimentos (em euros por mês)

			<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Pago pelos próprios (em euros por mês)	Condição perante atividade económica	0h	5582	23.3	15.0	34.2
		1 a 20h por semana	1298	41.1	30.0	56.1
		> 20h por semana	1773	51.7	40.0	59.3
	Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	5157	31.2	20.0	45.9
		Com ensino superior	3367	32.5	20.0	45.5
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	3073	28.9	20.0	38.7
		Dependente de rendimento próprio	678	51.0	35.0	57.0
		Dependente de apoio público	216	30.6	20.0	34.4
		Outro	217	41.8	30.0	43.4
	Pagos pelos pais (em euros por mês)	Condição perante atividade económica	0h	5920	18.5	0.0
1 a 20h por semana			1125	11.0	0.0	30.9
> 20h por semana			1038	10.1	0.0	33.7
Escolaridade dos pais		Sem ensino superior	4559	13.3	0.0	33.3
		Com ensino superior	3421	20.6	0.0	43.7
Fonte de rendimentos		Dependente da família	3816	22.1	0.0	41.2
		Dependente de rendimento próprio	680	6.3	0.0	22.7
		Dependente de apoio público aos estudantes	223	1.4	0.0	8.1
		Outro	226	9.5	0.0	27.9

Outros custos de vida

Nas despesas de manutenção dos estudantes os “outros custos de vida” não especificados (incluindo compra de vestuário, produtos de cosmética e higiene pessoal, limpeza doméstica e outros encargos variados do quotidiano) têm também algum relevo no cabaz global de despesas do todo dos estudantes (média 36 euros/mês, com um desvio padrão associado de 28 euros/mês).



Quadro 3.17 Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pago pelos próprios	Pago pelos pais
<i>n ponderado</i>	8669	8087
Média	35.9	28.1
Mediana	15.0	0.0
Desvio-padrão	61.2	57.9

Quadro 3.18 Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão	
Pagos pelos próprios (em euros por mês)	Idade	até 21 anos	4342	20.6	0.0	35.9
		22 até <25 anos	2048	31.5	20.0	51.5
		25 até <30 anos	1018	55.3	30.0	71.9
		30 anos ou mais	1262	80.0	50.0	98.6
	Condição perante atividade económica	0h	5576	21.8	0.0	39.7
		1 a 20h por semana	1298	43.4	25.0	63.2
		> 20h por semana	1770	75.0	50.0	90.7
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	3070	26.2	10.0	44.3
		Dependente de rendimento próprio	678	63.7	50.0	80.6
		Dependente de apoio público aos estudantes	216	32.3	20.0	42.5
		Outro	217	48.5	30.0	56.7
	Pagos pelos pais (em euros por mês)	Idade	até 21 anos	4618	30.5	0.0
22 até <25 anos			2046	26.3	0.0	56.9
25 até <30 anos			782	19.2	0.0	43.4
30 anos ou mais			641	27.2	0.0	66.9
Condição perante atividade económica		0h	5918	29.8	0.0	54.5
		1 a 20h por semana	1125	30.0	0.0	79.3
		> 20h por semana	1028	16.4	0.0	47.6
Fonte de rendimentos		Dependente da família	3811	36.1	15.0	59.8
		Dependente de rendimento próprio	673	12.2	0.0	38.4
		Dependente de apoio público aos estudantes	223	7.3	0.0	20.0
		Outro	227	14.3	0.0	36.6



Estas despesas quando pagas pelos próprios têm um peso significativo (e também uma maior variação) nas idades acima dos 25 anos, entre os estudantes que exercem trabalho remunerado, dependentes de rendimento próprio (quadro 3.18).

Custos de vida (despesas do dia-a-dia) e despesas totais

A visão geral sobre as despesas de manutenção no dia-a-dia é confirmatória das análises apresentadas item a item. Os estudantes mais velhos, especialmente aqueles com idades acima dos 30 anos, que apresentam um padrão mais intenso de envolvimento na atividade económica e dependentes de rendimentos próprios têm custos de vida mensais bastante acima do patamar médio dos seus colegas, mais novos e que não trabalham.

Observa-se, também, que os mais novos têm esse tipo de despesas relacionadas com as suas condições de vida, quase sempre asseguradas pelos pais no seu pagamento direto. É ainda de realçar que apenas nos segmentos de estudantes dependentes de apoios públicos e entre os que estão alojados em residências para estudantes (muitos dos quais são também bolseiros), o padrão de custos gerais está abaixo do referencial de rendimentos mínimos (medidos pelo salário mínimo nacional, que em 2023 rondava os 760 euros/mês). Este padrão é confirmatório da importância da ação social no ensino superior como mecanismo de alargamento da base de recrutamento do perfil social de origem dos estudantes (Mauritti et al., 2023).

Quadro 3.19 Despesas totais e despesas do custo de vida (correntes do dia-a-dia), pagos pelos próprios, pagos pelos pais e de forma agregada, por modo residência e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n</i> <i>ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Despesas totais (custos de vida e outras despesas com o estudo) (pago pelos próprios e pelos pais)	Idade	Até 21 anos	2624	777.1	681.4	434.3
		22 até <25 anos	1239	881.0	740.0	492.6
		25 até <30 anos	521	999.3	875.8	528.9
		30 anos ou mais	498	1,528.9	1,382.6	784.8
	Condição perante atividade económica	0h	3334	798.2	687.5	455.5
		1 a 20h por semana	731	979.3	828.9	583.0
		> 20h por semana	811	1,269.3	1,143.3	701.4
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	3045	901.8	747.4	548.4
		Dependente de rendimento próprio	666	1,081.2	958.0	617.3
		Dependente de apoio público aos estudantes	215	518.2	469.1	262.9
		Outro	217	873.4	792.9	508.2
	Contexto de residência	Em casa dos pais	1825	978.5	893.3	509.6
		Numa residência para estudantes	561	697.7	568.4	424.8
		Nem em casa dos pais nem em residência para estudantes	2478	895.8	718.3	595.0
	Custo de vida (pago pelos próprios e pelos pais)	Idade	Até 21 anos	2659	659.9	566.8
22 até <25 anos			1254	712.5	610.0	400.6
25 até <30 anos			540	833.5	713.0	468.1
30 anos ou mais			530	1,320.5	1,183.0	736.4
Condição perante atividade económica		0h	3395	666.6	570.0	395.4
		1 a 20h por semana	737	822.7	680.5	509.2
		> 20h por semana	846	1,092.9	956.7	659.1
Fonte de rendimentos		Dependente da família	3077	761.0	630.0	487.3
		Dependente de rendimento próprio	676	914.4	780.0	563.8
		Dependente de apoio público aos estudantes	215	442.1	400.0	229.4
		Outro	217	723.9	626.0	438.8
Contexto de residência		Em casa dos pais	1868	836.9	752.0	468.9
		Numa residência para estudantes	567	547.3	465.0	324.1
		Nem em casa dos pais nem em residência para estudantes	2531	755.3	605.0	528.2

3.2 Despesas dos estudantes que vivem com os pais

3.2.1 Montantes totais dos estudantes que vivem com os pais

Os estudantes que residem com os pais (a maioria dos quais “estudantes a tempo inteiro”, sem outros rendimentos ou recursos para além dos da família) declaram ter despesas médias de manutenção de 978.5 euros/mês, com um desvio padrão associado de 509.6 euros/mês. Estes valores, devem ser lidos com cautela, pois, mais do que se referirem a situações materiais, traduzem sim perceções sobre custos de vida pessoais e provavelmente também das respetivas famílias.

Quadro 3.20 Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	1825	<i>n</i>
Média	978.5	euros
Mediana	893.3	euros
Desvio-padrão	509.6	euros

Quadro 3.21 Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, por sexo, por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Sexo	Feminino	1033	1,013.0	923.5	516.9
	Masculino	791	933.4	860.5	496.6
Fonte de rendimentos	Dependente da família	1251	994.4	891.3	529.8
	Dependente de rendimento próprio	183	1,001.2	1,010.5	424.8
	Dependente de apoio público aos estudantes	40	492.8	460.1	211.2
	Outro	73	892.8	828.3	473.7

• • •

No segmento que permanece em casa da família de origem, durante o período letivo, os estudantes dependentes dos apoios públicos voltam a destacar-se pela maior contenção de despesas do dia-a-dia (em média 493 euros mês; com uma dispersão associada de 460 euros mês). A análise por género assinala ainda um padrão de despesas relativamente mais elevado entre as mulheres, bem como, como seria expetável, entre os que dependem de rendimentos próprios.

3.2.2 Custos de vida dos que vivem com os pais

Neste segmento, para os estudantes que vivem com os pais, são também contabilizadas as despesas que os pais pagam diretamente em relação às necessidades do seu dia-a-dia.

Quadro 3.22 Custos de vida dos estudantes que vivem com os pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>1868</i>	<i>n</i>
Média	836.9	euros
Mediana	752.0	euros
Desvio-padrão	468.9	euros

Nas perceções deste segmento de estudantes que vive com os pais, os encargos gerais mensais com despesas de manutenção rondam os 837 euros mensais; estando a mediana de despesas próxima do valor correspondente ao salário mínimo nacional (desvio padrão associado de 469 euros/mês).

3.3 Despesas gerais dos estudantes que não vivem com os pais

3.3.1 Montantes totais do que não vivem com os pais

O volume de despesa para os estudantes que não vivem com os pais é inferior face ao dos estudantes no seu conjunto. Tal deve-se à diversidade que caracteriza esta categoria, onde se reúnem, por exemplo, estudantes alojados em residências, com



estudantes em residência própria, sozinhos ou com outros familiares, ou ainda outros em quartos ou alojamentos partilhados com terceiras pessoas não familiares.

Quadro 3.23 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>3057</i>	<i>n</i>
Média	859.4	euros
Mediana	697.9	euros
Desvio-padrão	571.7	euros

Também aqui o padrão de despesas segundo a idade e fonte de rendimentos replica as observações já assinaladas: quanto mais velhos e financeiramente autónomos mais elevadas são as despesas.

Quadro 3.24 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, por idade, por condição perante atividade económica, por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Idade	Até 21 anos	<i>1599</i>	668.4	600.8	339.2
	22 até <25 anos	<i>704</i>	788.7	688.5	448.9
	25 até <30 anos	<i>322</i>	999.7	831.4	568.8
	30 anos ou mais	<i>433</i>	1,575.2	1,420.7	804.9
Fonte de rendimentos	Dependente da família	<i>1794</i>	837.3	696.6	552.0
	Dependente de rendimento próprio	<i>483</i>	1,111.6	920.7	674.2
	Dependente de apoio público aos estudantes	<i>175</i>	524.1	469.8	273.5
	Outro	<i>144</i>	863.7	756.7	526.1

3.3.2 Custos de vida dos estudantes deslocados e dos estudantes em casa própria

O mesmo acontece em relação às despesas do dia-a-dia (custos de vida) (quadro 3.25).

Quadro 3.25 Custos de vida dos que não vivem com os pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	3116	<i>n</i>
Média	717.5	Euros
Mediana	578.0	Euros
Desvio-padrão	503.1	Euros

Custos com alojamento

Em termos médios as despesas com alojamento dos estudantes que não residem com os pais em período letivo rondam os 292.9 euros/mês (mediana 250 euros mensais; desvio padrão 235 euros). De notar que se reúnem neste montante médio os gastos, despendidos em alojamento próprio, em alojamento partilhado, ou a viverem sozinhos ou, ainda, em residências apoiadas para estudantes.

Quadro 3.26 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos com alojamento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	3139	<i>n</i>
Média	292.9	Euro
Mediana	250.0	Euro
Desvio-padrão	235.2	Euro

Quantos às variações por características sociodemográficas e socioeconómicas (quadro 3.27), enfatizam o padrão já assinalado: os mais velhos, que vivem com um/a companheiro/a, os residentes na capital, bem como o segmento que depende de rendimentos próprios de trabalho têm padrões de despesas bastante acima da média. Pelo contrário, têm despesas mais contidas, abaixo do padrão médio, os estudantes bolsiros e o segmento de deslocados alojados em residências geridas pela ação social do ensino superior.

Quadro 3.27 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais- custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n</i> <i>ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio- padrão
Idade	Até 21 anos	1614	242.2	225.0	161.2
	22 até <25 anos	711	264.0	240.0	170.6
	25 até <30 anos	340	357.4	250.0	312.6
	30 anos ou mais	473	463.0	400.0	350.1
Condição perante atividade económica	0h	2131	256.5	230.0	184.5
	1 a 20h por semana	408	299.0	250.0	230.6
	> 20h por semana	594	419.1	340.0	335.9
Contexto de residência	Em casa dos pais	-	-	-	-
	Numa residência para estudantes	566	212.5	150.0	183.8
	Com companheiro(a)	599	436.3	400.0	335.1
	Com outros	1521	258.1	240.0	157.4
	Sozinho	433	320.5	260.0	264.5
Fonte de rendimentos	Dependente da família	1806	297.7	250.0	225.3
	Dependente de rendimento próprio	485	352.3	280.0	281.5
	Dependente de apoio público aos estudantes	173	172.8	163.4	131.9
	Outro	144	264.1	220.0	206.3
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	949	235.8	200.0	173.0
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1386	284.3	250.0	221.5
	Capital (Lisboa)	803	375.3	350.0	292.2

Custos com alimentação

Estes estudantes têm em geral e em termos médios mais gastos em alimentação do que os estudantes que vivem com os pais (quadro 3.28). Não obstante, assinalando a prevalência de estudantes que têm a família com principal fonte de rendimentos, mesmo quando deslocados da residência habitual por motivos de estudo, os custos com a alimentação são sobretudo assegurados diretamente pelos pais (quadro 3.29).

Quadro 3.28 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais - custos com alimentação pagos pelos próprios e pagos pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	3235	<i>n</i>
Média	171.6	Euros
Mediana	150.0	Euros
Desvio-padrão	131.6	Euros

De acordo com os dados apresentados no quadro 3.29, na análise dos custos de alimentação, quando estes são pagos diretamente pelo próprio estudante, para além das variações assinaladas atrás, é de realçar o acréscimo de encargos no caso dos estudantes da capital. Tal acréscimo pode relacionar-se, também, pelo menos em parte, à maior presença relativa nas IES da capital de estudantes com perfis diferenciados: maiores de 23 anos, a trabalhar, estudantes de ciclos de estudo avançados, como o mestrado, etc.

Quadro 3.29 Despesas com alimentação dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais - despesas por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês)

			<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Pagas pelos próprios	Idade	Até 21 anos	1974	68.7	50.0	79.1
		22 até <25 anos	920	89.7	80.0	85.5
		25 até <30 anos	556	148.7	150.0	108.8
		30 anos ou mais	1052	227.8	200.0	175.4
	Condição perante atividade económica	0h	2694	79.5	50.0	92.0
		1 a 20h por semana	596	125.9	100.0	146.3
		> 20h por semana	1196	208.1	200.0	150.6
	Sexo	feminino	2416	106.9	80.0	117.5
		masculino	2085	135.3	100.0	142.7
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	1811	68.3	25.0	99.1
		Dependente de rendimento próprio	493	172.5	150.0	128.1
		Dependente de apoios públicos	176	109.5	80.0	89.1
		Outro	144	141.1	150.0	103.8
	Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 hab.	1355	101.1	80.0	104.5
		Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1989	119.0	100.0	135.4
		3 >300k-500k	-	-	-	-
Capital (Lisboa)		1157	144.0	120.0	144.9	
Pagas diretamente pelos pais	Idade	até 21 anos	1983	80.5	60.0	88.2
		22 até <25 anos	869	84.9	63.5	91.3
		25 até <30 anos	379	64.4	0.0	105.1
		30 anos ou mais	507	106.9	0.0	149.4
	Condição perante atividade económica	0h	2648	87.8	60.0	96.3
		1 a 20h por semana	459	82.2	50.0	109.4
		> 20h por semana	625	66.7	0.0	115.3
	Sexo	feminino	2090	83.2	50.0	98.6
		masculino	1649	83.9	50.0	105.3
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2171	99.2	80.0	96.9
		Dependente de rendimento próprio	489	57.1	0.0	113.5
		Dependente de apoio público aos estudantes	177	18.4	0.0	38.6
		Outro	146	37.8	0.0	70.1
	Densidade populacional da localização da IES	Menos de 100.000 hab.	1133	70.3	50.0	89.0
		Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1627	86.0	59.3	100.6
		Capital (Lisboa)	978	94.6	50.0	114.5

Custos com transportes

Uma boa parte das despesas despendidas em transportes (públicos e privados) é paga diretamente do dinheiro que os estudantes têm disponível para os seus gastos pessoais (quadro 3.30).

Acima, já referimos algumas variações nestas despesas relacionadas com a mobilidade em período letivo, ligadas à localização da Instituição de ensino frequentada pelos estudantes, e com maior ou menor disponibilidade de alternativas de transporte público para assegurar essa mobilidade.

Os dados do quadro 3.30, permitem observar que pelo menos metade dos estudantes assumem despesas, pagas pelos próprios, num valor equivalente ao do passe mensal (30 euros/mês), Não obstante a média de despesas mensais (na ordem dos 53 euros; desvio padrão 72 euros) está bastante acima desse valor, dando conta da importância desta componente de custos, especialmente, num conjunto que conta com uma presença muito significativa de estudantes deslocados do alojamento familiar por motivos de estudo.

Quadro 3.30 - Despesas em transportes dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	Unidade
<i>n ponderado</i>	4581	3819	<i>n</i>
Média	52.6	29.3	Euros
Mediana	30.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	72.4	53.5	Euros

Custos com comunicações

Nas despesas mensais dos estudantes, os custos com comunicações são outra componente com relevância no seu bem-estar. Num contexto muito marcado pela utilização intensiva quer de telemóveis inteligentes, quer de recursos digitais variados, seja no quadro das sociabilidades quotidianas, seja como apoio ao estudo, esta componente de gastos mensais acaba por integrar o cabaz de bens essenciais na vida dos estudantes.



Estes custos tendem sobretudo a ser pagos pelos próprios e envolvem em média 17 euros/mês (ou 15 euros em média pagos pelos pais) com desvios padrões associados que mais do que dobram estes valores médios (25 euros e 23 euros, respetivamente).

Quadro 3.31 Despesas em comunicações dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>4586</i>	<i>3822</i>	<i>n</i>
Média	17.2	14.9	Euros
Mediana	7.5	10.0	Euros
Desvio-padrão	25.3	22.8	Euros

Custos com saúde

Uma última componente considerada no cabaz de custos de vida mensais dá conta dos gastos com saúde. As idades dos estudantes e a existência de um sistema nacional de saúde que assegura a cobertura universal de respostas nesta área, justifica que esta componente, no geral, tenha pouca expressão no total de gastos – 14 euros pagas pelos próprios; 11 euros pagos pelos pais, com desvios padrões associados de, respetivamente 34 e 28 euros.

Quadro 3.32 Despesas em saúde dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	Unidade
<i>n ponderados</i>	<i>4585</i>	<i>3826</i>	<i>n</i>
Média	14.0	10.9	Euros
Mediana	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	33.6	28.4	Euros

Custos de vida

Quadro 3.33 Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>3116</i>	<i>n</i>
Média	717.5	Euros
Mediana	578.0	Euros
Desvio-padrão	503.1	Euros

3.4 Custos com os estudos

A despesa com as propinas são a principal parcela das despesas com os estudos.

Custos com propinas

Em Portugal, no caso dos cursos de 1.º ciclo e de mestrado integrado oferecidos em Instituições de Ensino Superior (IES) politécnicas ou universitárias do setor público, o grau de autonomia para a fixação do valor de propina anual por parte das IES é regulamentado pelo governo, que estabelece um limite máximo do valor que pode ser cobrado. Este limite não é, contudo, aplicado à oferta formativa do setor privado e cooperativo, aos cursos de pós-graduação (no caso dos estudantes em referência neste estudo, nomeadamente cursos de mestrados), e também, aos estudantes internacionais provenientes de países terceiros não pertencentes ao espaço da UE. Estas exceções permitem interpretar quer o valor médio das propinas pagas pelos estudantes – que neste inquérito aumentaram de forma muito flagrante, situando-se, nos 105.7 euros mensais; quer a dispersão de valores associados a essa média (observável através do valor do desvio padrão associado, o qual ronda os 129 euros/mês).

Em termos globais, o valor da propina paga pelo estudante inscrito numa instituição superior da rede de ensino público, num curso de iniciação – seja um curso técnico superior profissional, seja de licenciatura ou de mestrado integrado está próximo do

• • •

valor da mediana (62 euros/mês), refletindo políticas públicas onde o Governo assume parte dos encargos que seriam pagos pelas famílias através da imputação de financiamento específico por via do Orçamento de Estado para as IES. Apesar disto, um estudo recente, reportando dados relativos a 2019 (antes da diminuição do valor das propinas) indica que em Portugal as receitas provenientes do pagamento de propinas pelas famílias representavam então, sensivelmente, 28% do financiamento do sistema (Aguiar-Conraria, Cerdeira & Sarrico, 2022)

Quadro 3.34 Despesas em propinas dos estudantes, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>6658</i>	<i>n</i>
Média	105.7	euros
Mediana	62.0	euros
Desvio-padrão	129.2	euros

Os estudantes de mestrado e da área da Gestão, administração e direito são aqueles que em média pagam mais propinas por mês (respetivamente 143 euros/mês e 138 euros/mês). Neste último caso, o valor acrescido de propina reflete a forte presença de oferta formativa nesta área nas IES do setor privado. Quanto aos estudantes internacionais apresentam gastos em propinas ainda mais elevados (média 168 euros/mês; mediana 107 euros/Mês, com u desvio padrão associado de 189 euros/mês).

Quadro 3.35 Despesas em propinas dos estudantes por grau do programa de estudos atual, por tipo de instituição de ensino superior, por densidade populacional da localização de estudo, por área de estudo e por proveniência (nacional ou internacional), 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n</i> <i>ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	280	56.3	42.1	62.0
	Licenciatura (1º ciclo ens. sup)	4462	95.9	58.3	116.7
	Mestrado (2º ciclo do ens. Sup)	1201	142.7	104.2	142.6
	Mestrado integrado	678	121.0	64.8	171.4
	Outro	37	185.9	110.5	223.3
Tipo de instituição de ensino	Universitário	4126	112.0	66.4	135.4
	Politécnico	2532	95.5	58.3	117.6
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	1407	79.7	58.3	93.2
	Entre 100.001 e 300.000 hab.	3205	107.5	60.7	135.3
	Capital(Lisboa)	2046	120.8	66.7	137.6
Campo de estudo	Educação	249	69.4	55.5	74.4
	Artes e Humanidades	667	85.1	58.3	100.3
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	820	114.0	65.0	127.4
	Gestão, Administração e Direito	1182	138.3	70.0	159.1
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	480	85.3	58.3	91.7
	Tecnologias de Informação e Comunicação	166	69.5	49.2	89.0
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	1380	80.8	58.4	78.8
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	176	125.3	60.0	213.7
	Saúde e Bem-Estar	1174	124.7	66.8	155.1
	Serviços	338	110.1	58.3	129.8
Fonte de rendimentos	Dependente da família	2891	97.7	58.3	121.3
	Dependente de rendimento próprio	656	133.1	83.3	141.8
	Dependente de apoio público aos estudantes	197	54.7	58.0	58.9
	Outro	212	104.9	69.7	99.5
Proveniência (estudantil)	Estudante internacional	361	167.6	107.1	188.5
	Estudante nacional	6297	102.2	60.6	124.0

Custos com materiais de estudo

Quadro 3.36 Despesas em materiais de estudo, pagas pelos estudantes e pagas diretamente pelos pais, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>8538</i>	<i>8226</i>	<i>n</i>
Média	22.1	16.2	euros
Mediana	5.0	0.0	euros
Desvio-padrão	48.0	49.5	euros

Totais, atividades relacionadas com o estudo

Em termos globais, os custos mensais com educação envolvem um valor médio global de 143 euros. Neste total, para além das propinas estão incluídos gastos com materiais. Estes gastos são, regra geral, poucos expressivos no todo dos gastos mensais ligados aos custos de vida e estudos dos estudantes (quadro 3.37).

Quadro 3.37 Despesas dos estudantes, custos totais com atividades de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>7093</i>	<i>n</i>
Média	143.3	euros
Mediana	85.6	euros
Desvio-padrão	173.8	euros

Capítulo 4.

RENDIMENTOS E APOIOS PÚBLICOS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

4.1 Rendimentos gerais dos estudantes

Os estudantes do ensino superior têm contextos e condições de vida muito diversificadas, quer por possuírem recursos disponíveis muito desiguais entre si (Martins e outros, 2018 e 2021; EDULOG, 2019), quer por se situarem em momentos diferenciados no seu ciclo de vida (Alves, 2018; Monteiro, 2018).

Quando se considera o conjunto de recursos materiais, económicos e financeiros, verificamos que, em média, os estudantes recebem 1259,5 euros e que cerca de 50% recebe 1016 euros, com um desvio-padrão de 877 euros, havendo, portanto, muitas disparidades em termos de rendimentos médios mensais auferidos (nesta tradução monetária). Sublinhe-se, ainda, que este indicador reúne, não apenas montantes financeiros, mas também outros recursos e bens que os estudantes têm ao seu dispor. A partir do quadro 4.1, fica bem patente que a média, sem outras medidas associadas e num contexto de acentuada desigualdade, pode ser uma referência relativamente pobre do ponto de vista da descrição do montante dos rendimentos dos estudantes do ensino superior.

Quadro 4.1 Rendimentos e recursos dos estudantes (incluindo transferências em género), rendimentos totais em euros por mês, 2022/23 (2.º semestre)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	<i>4973</i>	<i>n</i>
Média	1259.5	euros
Mediana	1016.7	euros
Desvio-padrão	932.1	euros

Nota: Para as análises efetuadas neste capítulo, os rendimentos dos estudantes dizem respeito ao conjunto de 4 categorias: a) contribuições da família/parceiro (incluindo transferências em espécie, que se traduzem em bens e serviços, no quadro dos custos de vida e de estudo, que não são pagos diretamente pelos próprios estudantes), b) rendimento próprio (proveniente de atividade remunerada atual ou prévia à entrada no ensino superior), c) apoio público nacional aos estudantes e d) outros rendimentos (juros, lucros, heranças, etc.).



Os estudantes que vivem com os pais dispõem de mais recursos e de natureza diversa (traduzindo-se em 1351 euros, em média mensal) (ver quadro 4.2). O montante médio auferido por estes estudantes é muito diferenciado e quanto mais velhos maiores os rendimentos e recursos disponíveis. A circunstância de viverem com os pais pode ter significados diferenciados conforme a idade dos estudantes, por um lado, nomeadamente os mais novos, ainda não transitaram para um contexto residencial de maior autonomia; por outro lado, parte dos mais velhos podem inverter essa circunstância, o que, mesmo excecionalmente, não se exclui a possibilidade de haver situações de reagrupamento familiar e de pais com mais idade a viver novamente com os filhos (quadro 4.3).

Quadro 4.2 Rendimentos dos estudantes (incluindo transferências em género) que vivem com os pais, rendimentos totais em euros por mês, 2022/23 (2.º semestre)

		unidade
<i>n ponderado</i>	1964	<i>n</i>
Média	1351.3	euros
Mediana	1110.0	euros
Desvio-padrão	987.6	euros

Quadro 4.3 Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais - rendimentos totais por grupos etários em euros por mês

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Idade	Até 21 anos	1128	1320.6	1046.2	952.8
	22 até < 25 anos	574	1325.3	1125.2	925.0
	25 até < 30 anos	193	1507.0	1367.3	1093.8
	30 anos ou mais	69	1633.1	1220.5	1531.1

Os que não vivem com os pais auferem em média 1200 euros por mês, mas têm condições muito diversificadas, que vão de uma situação de constituição de um novo agregado familiar próprio até ao alojamento em residências apoiadas para estudantes. Tal fica expresso nas diferenças apuradas por idade (quadros 4.4 e 4.5) – quanto mais velhos mais autonomizados e com rendimentos mais elevados.

• • •

Também neste segmento, a desigualdade (perspetivada a partir do desvio padrão) aumenta à medida da idade dos estudantes.

Quadro 4.4 Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - rendimentos totais em euros por mês, 2º semestre de 2022/23

		unidade
<i>n ponderado</i>	<i>3009</i>	<i>n</i>
Média	1199.6	Euros
Mediana	970.9	Euros
Desvio-padrão	889.1	Euros

Quadro 4.5 Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - rendimentos totais por grupos etários em euros por mês

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Idade	Até 21 anos	<i>1617</i>	1 031.1	828.3	721.4
	22 até < 25 anos	<i>701</i>	1 116.8	972.5	730.8
	25 até < 30 anos	<i>292</i>	1 323.6	1,004.1	895.6
	30 anos ou mais	<i>399</i>	1 936.8	1 649.6	1 284.9

4.2 Fontes e tipos de rendimentos dos estudantes

As principais componentes: família, trabalho e estado

Para o conjunto dos estudantes, a família é a principal fonte de rendimentos - em média 898.4 euros. A importância desta fonte tem sido muito assinalada nas edições anteriores do EUROSTUDENT para os estudantes portugueses (Martins e outros, 2018 e 2021) e no contexto europeu (Hauschildt e outros, 2018 e 2021). Segue-se a esta os rendimentos do trabalho anterior ou atual (313.7 euros) e, com alguma distância em termos de valores médios, o estado (apoios públicos) (67.1 euros) (quadro 4.6). Os rendimentos com fonte na família pesam 73,5% e para metade dos estudantes o peso ultrapassa os 86% (quadro 4.7). O peso dos rendimentos provenientes do

• • •

trabalho remunerado (14,9%) e dos apoios públicos do estado (7,9%), é muito distante, em termos de relevância, dos que têm origem na família (quadro 4.7).

Quadro 4.6 Rendimentos dos estudantes por fonte de rendimento, 2022/23 (2.º semestre) (em euros por mês)

	<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Família	4974	898.4	729.7	766.3
Apoios públicos aos estudantes	7588	67.1	0.0	153.2
Rendimentos próprios do trabalho atual ou anterior	7588	313.7	0.0	720.4
Fontes não nacionais	7588	3.4	0.0	43.8
Outras fontes de rendimentos	7588	43.7	0.0	186.8

Quadro 4.7 Percentagem que a média de rendimentos de cada tipo de fonte de rendimento representa na média total de rendimentos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		<i>n ponderado</i>	Média (%)	Mediana	Desvio-padrão
Fonte de rendimentos	Família	4973	73.5	86.9	31.2
	Apoios públicos aos estudantes	4973	7.9	0.0	17.0
	Rendimentos próprios do trabalho atual ou anterior	4973	14.9	0.0	27.1
	Fontes não nacionais	4973	0.4	0.0	4.3
	Outras fontes de rendimentos	4973	3.3	0.0	10.5

Para além do peso de cada categoria no total de rendimentos, importa saber de que fontes é que os estudantes mais dependem para se sustentarem no ensino superior (quadro 4.8).



Quadro 4.8 Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Dependente da família	3819	77,0
Dependente de rendimento próprio	690	13,9
Dependente de apoio público para estudantes	224	4,5
Outro	228	4,6

Nota: Um estudante é considerado dependente de uma fonte de rendimento se uma das três fontes - "apoio da família/parceiro" (incluindo transferências em espécie), "rendimento próprio" ou "apoios públicos" - tem um peso de mais de 50% do total dos rendimentos do estudante.

É também da família que os estudantes se encontram mais dependentes em termos financeiros e de recursos (77% dos estudantes), seguidamente do trabalho (13,9%) e só depois do estado (não chegando a 5%) (quadro 4.9).

São os estudantes filhos de pais com o ensino superior (84,3%) e os estudantes sem atividade remunerada (88,9%) aqueles que se encontram mais dependentes dos recursos das famílias. Os estudantes com maior envolvimento laboral (mais de 20 horas por semana) são os que revelam maior dependência da fonte de rendimentos do trabalho (65,1%) (quadro 4.8). Acrescente-se, ainda, que os estudantes com origens sociais pouco qualificadas apresentam uma maior dependência dos apoios públicos (6,3%). A relação entre as variáveis de escolaridade dos pais e a condição perante a atividade económica com a variável que diz respeito à dependência de uma fonte de rendimentos é estatisticamente significativa (para $p < 0,001$; havendo uma associação moderada entre esta variável e a condição perante a atividade económica dos estudantes, V de Cramer=0,454) (quadro 4.9).

Quadro 4.9 Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos por grau de escolaridade dos pais, por condição perante atividade económica e por proveniência educativa/académica, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Dependente da família		Dependente de rendimento próprio		Dependente de apoios públicos		Outro	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Escolaridade dos pais ¹	Sem qualificação superior (ISCED 0-4)	2010	72,0	452	16,2	176	6,3	155	5,6
	Com qualificação superior (ISCED 5-8)	1764	84,3	216	10,3	43	2,1	68	3,3
Condição perante atividade económica ²	0h	3130	88,1	83	2,3	194	5,5	144	4,1
	1-20h / semana	476	69,8	138	20,2	18	2,7	51	7,4
	>20h / semana	206	28,6	469	65,1	12	1,7	33	4,5
Proveniência académica ³	Estudantes internacionais	229	69,2	64	19,4	14	4,3	24	7,1
	Estudantes Nacionais	3590	77,5	626	13,5	210	4,5	204	4,4

¹ $\chi^2(3) = 115,612, p < 0,001$ V de Cramer = 0,154

² $\chi^2(6) = 2038,479, p < 0,001$ V de Cramer = 0,454

³ $\chi^2(3) = 15,814, p = 0,01 < 0,05$ V de Cramer = 0,056

Rendimentos e recursos da família e do trabalho

Trata-se de uma percentagem marginal aqueles que dizem não beneficiar de nenhum financiamento ou outro tipo de apoio vindo da família (3,7%) (quadro 4.10). Ou seja, a generalidade dos estudantes beneficia de algum rendimento ou recurso atribuído pela família.

Quadro 4.10 Rendimentos dos estudantes provenientes da família, destinatários dos rendimentos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Estudantes destinatários de rendimentos das suas famílias	4789	96,3
Estudantes que não são destinatários de rendimentos das suas famílias	184	3,7

Quadro 4.11 Rendimentos dos estudantes provenientes da família, destinatários dos rendimentos por modo de residência, trajetórias escolares e escolaridade dos pais, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Estudantes destinatários de rendimentos das suas famílias		Estudantes que não são destinatários de rendimentos das suas famílias	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Modo de residência ¹	Estudantes que vivem com os pais	1948	99,1	17	0,9
	Estudantes que não vivem com os pais	2842	94,4	168	5,6
Trajetórias escolares de acesso ao ensino superior ²	Diretas	4307	96,9	136	3,1
	Com atraso/indiretas	447	90,2	48	9,8
Escolaridade dos pais ³	Sem qualificação superior (ISCED 0-4)	2690	96,0	113	4,0
	Com qualificação superior (ISCED 5-8)	2035	97,2	58	2,8

¹ $\chi^2(1) = 73,860$, $p < 0,01$ V de Cramer = 0,122

² $\chi^2(1) = 54,672$, $p < 0,01$ V de Cramer = 0,105

³ $\chi^2(1) = 5,646$, $p = 0,017 < 0,05$ V de Cramer = 0,034

O valor dos beneficiários da família é relativamente inferior para aqueles que revelam maior atraso na entrada no ensino superior (90,2%). Por outro lado, os que vivem



com os pais reforçam a percentagem daqueles que são abrangidos pelos rendimentos provenientes das famílias (99%), bem como os filhos de pais mais qualificados (97%).

Apesar de a família continuar a ser muito relevante também para os estudantes portugueses que não vivem com os pais, o segmento apoiado é ligeiramente menor do que para os estudantes que permanecem na residência de origem durante o período letivo.

A atividade remunerada também tem uma importância relevante nos rendimentos, sobretudo quando consideramos apenas o segmento de estudantes que trabalham (43%) (quadro 4.12). Este valor fica, ainda, um pouco reforçado se retivermos para a análise apenas aqueles que já não vivem com os pais (quadros 4.13 e 4.14).

Quadro 4.12 Rendimentos dos estudantes, Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)

	Rendimento obtido através do trabalho	Rendimento total dos estudantes que trabalham	Percentagem do rendimento do trabalho em relação ao rendimento total
<i>n ponderado</i>	<i>2580</i>	<i>1427</i>	<i>1427</i>
	Euros	Euros	%
Média	671.0	1585.4	43,0
Mediana	500.0	1350.7	41,3
Desvio-padrão	844.2	1111.1	32,8

Quadro 4.13 Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais, rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)

	Rendimento obtido através do trabalho	Rendimento total dos estudantes que trabalham	Percentagem do rendimento do trabalho em relação ao rendimento total
<i>n ponderado</i>	1069	555	555
	Euros	Euros	%
Média	524.0	1652.3	34,2
Mediana	370.0	1413.0	28,8
Desvio-padrão	811.0	1108.4	28,5

Quadro 4.14 Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais, rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)

	Rendimento obtido através do trabalho	Rendimento total dos estudantes que trabalham	Percentagem do rendimento do trabalho em relação ao rendimento total
<i>n ponderado</i>	1512	872	872
	Euros	Euros	%
Média	774.9	1542.9	48,6
Mediana	700.0	1275.0	51,1
Desvio-padrão	851.9	1111.4	34,1

Em termos substantivos, os rendimentos provenientes do trabalho são mais relevantes quando os estudantes já saíram de casa ou se encontram em situação de deslocado para fins de estudo.

As percentagens apuradas nestes quadros (4.12, 4.13 e 4.14) são substancialmente mais baixas do que as apuradas no anterior Inquérito (EVII). Tal deve-se a alterações na forma de cálculo do rendimento total, que, no presente inquérito, incluíram rendimentos e recursos em espécie ou referentes a pagamentos que não são



efetuados diretamente pelos estudantes, mas que se somam aos seus rendimentos totais.

4.3 Rendimentos e apoios públicos

A ação social do estado dirigida aos estudantes tem sobretudo duas abordagens (Sardinha, 2015): os apoios de *ação social direta*, que incluem, principalmente, a atribuição de bolsas de estudo e suporte financeiro de emergência; e os serviços e/ou apoios de *ação social indireta* que dizem respeito ao acesso à alimentação, ao alojamento e a serviços de saúde, bem como o apoio a atividades de natureza cultural, desportiva e/ou outra(s) estratégias de ação social no ensino superior, promovendo mecanismos de equidade no acesso, integração e sucesso académico. Neste ponto do relatório, teremos em conta, fundamentalmente, os apoios diretos do estado para fins de estudo no ensino superior.

A despesa em ação social tem crescido, mas não de forma linear. O montante e respetiva execução acompanha as possibilidades de cobertura dos estudantes do ensino superior com bolsa da ação social, um dos principais instrumentos de apoio direto do estado. Depois de um aumento, a partir de 2013, parece ter subido até 2015 e estabilizado desde então.

A percentagem de estudantes beneficiários de apoio público (em que a bolsa ocupa um lugar dominante nesses apoios) é de 30%. O quadro 4.15 mostra a incidência da cobertura, não só da bolsa, mas também dos apoios públicos diretos em termos genéricos.

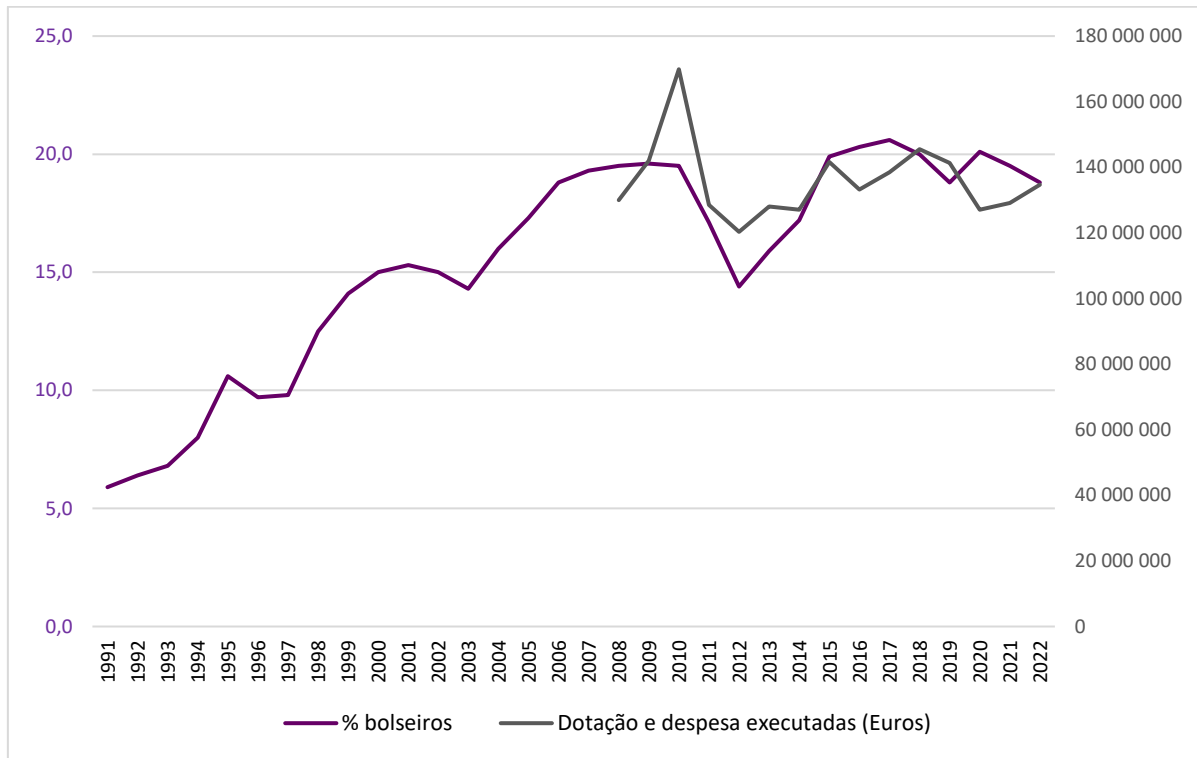


Figura 4.1 Bolsiros (%) e dotações e despesa em ação social direta no ensino superior (em Euros), 1991 a 2022

Fonte: DGES/MCTES | IGeFE/ME-MCTES - Recenseamento (DGES)

Quadro 4.15 Rendimentos dos estudantes, estudantes beneficiários de apoios públicos (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Estudantes beneficiários de apoios públicos	2280	30,0
Estudantes que não são beneficiários de apoios públicos	5308	70,0

Estes apoios parecem aumentar a sua abrangência, tendo em conta as dificuldades financeiras declaradas pelos estudantes. A relação entre a declaração de beneficiário de tais apoios e a perceção de possuírem dificuldades financeiras evidencia uma relação estatisticamente significativa (para $p < 0,01$) (quadro 4.16).



Quadro 4.16 Rendimentos dos estudantes, estudantes beneficiários de apoios públicos por grau de dificuldade financeira, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Estudantes beneficiários de apoios públicos		Estudantes que não são beneficiários de apoios públicos	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Grau de dificuldades financeiras	Estudantes com dificuldades financeiras	537	31,9	1146	68,1
	Estudantes sem dificuldades financeiras	777	23,0	2600	77,0

$\chi^2(2) = 162,265$, $p < 0,01$; V de Cramer = 0,147

Em média e de acordo com os estudantes beneficiários, os apoios públicos rondam os 165 euros mensais (sendo de 89 euros a mediana deste tipo de rendimento para este segmento de estudantes). Estes apoios compõem um conjunto de rendimentos mais baixo do que a média de recursos dos estudantes na amostra (a declararem que auferem, incluindo variados recursos e bens, um total médio que se traduz em 1098.8 euros por mês) (quadro 4.17).

Quadro 4.17 Rendimentos dos estudantes, apoios públicos aos estudantes, 2022/23 (2.º semestre) (rendimento médio dos estudantes que recebem apoios públicos e média dos apoios públicos em euros)

	Montante do apoio público aos estudantes	Rendimentos totais para estudantes que recebem apoios públicos
<i>n ponderado</i>	2280	1526
Média	164.5	1098.8
Mediana	89.0	898.3
Desvio-padrão	187.4	794.2

4.3 Medidas de desigualdade de rendimentos e recursos

Os rendimentos declarados pelos estudantes, abrangidos por este inquérito, expressam também uma estrutura social nacional, que lhes serve de enquadramento, caracterizada por uma forte desigualdade (quadro 4.18).

O 10.º decil de rendimentos é em média 11 vezes maior do que o 1º decil.

Quadro 4.18 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (euros e %)

	Máximo rendimento (euros)	Média de rendimentos (euros)	Percentagem do rendimento total (%)	Percentagem acumulada do rendimento total (%)
1º decil	450.00	317.67	3	3
2º decil	602.08	530.73	4	7
3º decil	728.33	667.76	5	12
4º decil	870.00	796.57	6	18
5º decil	1016.67	942.91	7	26
6º decil	1189.83	1096.20	9	35
7º decil	1400.00	1288.14	10	45
8º decil	1727.00	1550.53	12	57
9º decil	2354.50	1998.89	16	73
10º decil	9500.00	3404.93	27	100
Total	–	–	100	–

Com base na distribuição do rendimento dos estudantes, o rácio de rendimentos S80/S20 é calculado como o rácio do rendimento mensal total (incluindo transferências em espécie) recebido pelos 20% da amostra estudantil com o rendimento mais elevado e o recebido pelos 20% com o rendimento mais baixo. O indicador mostra assim quantas vezes o rendimento total do quinto superior excede o do quinto inferior (também explicado em Hauschildt e outros, 2021). No caso dos



estudantes na amostra, os 20% de estudantes com mais rendimentos auferem entre 6 a 7 vezes mais (6,4) do que os que recebem menos rendimentos (quadro 4.19).

A medida de Gini descreve a concentração de rendimentos utilizando apenas um único valor. O intervalo de valores do coeficiente Gini situa-se entre 0 e 1 e a desigualdade média, medida por este coeficiente, é relativamente elevada entre os estudantes (o seu valor é 0,35). De acordo com os dados nacionais do Inquérito ao Emprego (INE), coeficiente de Gini do rendimento disponível equivalente antes das transferências sociais este valor é de 48,9 (visto de 0 a 100), e de 0,32 em relação ao rendimento disponível das famílias (em 2022 para a população em geral). Embora estes indicadores não sejam estritamente comparáveis (tendo em conta a sua definição), a desigualdade parece ser mais acentuada entre os estudantes.

Quadro 4.19 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)

Coeficiente de Gini	0.35
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	602.08
S80/S20	6.4

A desigualdade verificada parece acentuar-se (em todos os indicadores e coeficientes medidos, ver quadros 4.20 e 4.21) quando o contexto residencial diz respeito aos estudantes que vivem com os pais.

Quadro 4.20 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)

Coeficiente de Gini	0.36
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	612.57
S80/S20	6.9



Quadro 4.21 Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que não vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)

Coeficiente de Gini	0.34
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	596.67
S80/S20	6.0

As desigualdades entre os estudantes portugueses ainda são flagrantes e dos mais altos verificados no contexto europeu, sendo ainda mais evidentes para os estudantes que vivem com os pais (quadros 4.19, 4.24 e 4.25).

Quadro 4.22 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (em euros e %)

	Máximo rendimento (euros)	Média de rendimentos (euros)	Percentagem do rendimento total (%)	Percentagem acumulada do rendimento total (%)
1º decil	65.00	37.07	0	0
2º decil	150.00	108.76	1	2
3º decil	300.00	229.63	3	5
4º decil	450.00	380.52	5	9
5º decil	600.00	525.07	6	16
6º decil	800.00	723.00	9	25
7º decil	950.00	857.77	11	35
8º decil	1200.00	1038.73	13	48
9º decil	1560.00	1361.38	17	64
10º decil	10360.00	2912.36	36	100
Total			100	

A expressão da desigualdade radicaliza-se quando temos por referência os estudantes com rendimentos próprios (com atividade remunerada) (quadro 4.23).



Quadro 4.23 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)

Coeficiente de Gini	0.49
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	150.00
S80/S20	29.4

Quadro 4.24 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)

Coeficiente de Gini	0.52
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	100.00
S80/S20	32.1

Quadro 4.25 Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que não vivem com os pais, medidas de desigualdades, 2022/23 (2.º semestre)

Coeficiente de Gini	0.46
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	200.00
S80/S20	24.0

Capítulo 5.

EMPREGO E ORÇAMENTO DE TEMPOS

Este capítulo do relatório aprofunda a análise da atividade remunerada, do emprego e orçamentos de tempo dos estudantes do ensino superior em Portugal. A análise dos dados permite observar que, no essencial, se mantém um traço geral de distintividade dos estudantes portugueses face aos seus colegas de outros países europeus (Hauschildt e outros, 2021). Essa diferenciação radica no facto de, em Portugal, a maioria dos estudantes (mais de 2/3) não acumular atividades de trabalho e estudo. Entre o segmento que exerce atividade remunerada, outra característica diferenciadora relaciona-se com a intensidade da afetação ao trabalho ou ainda com o desejo significativo, impulsionado principalmente pela necessidade financeira, de aumentar essa carga.

A forma como os estudantes usam o seu tempo e articulam atividades letivas, mas também em estudo autónomo e com atividades remuneradas é uma vertente muito relevante para a análise do quotidiano destes estudantes e das suas condições de vida e de estudo.

Os estudantes portugueses (presentes na amostra) dedicam, em média, cerca de 49.5 horas do seu tempo semanal em atividades letivas, estudo pessoal e trabalho remunerado (o valor da mediana é 48 horas/semana), com uma dispersão associada de 19.7 horas (quadro 5.1).

Quadro 5.1 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado, 2022/23 (2.º semestre) (em horas por semana)

		unidade
<i>n ponderado</i>	<i>9971</i>	<i>n</i>
Média	49.5	Horas
Mediana	48.0	Horas
Desvio-padrão	19.7	Horas



Quadro 5.2 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades relacionadas com o estudo por tipo de qualificação e por área de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (em horas por semana)

		<i>n ponderado</i>	Média	Mediana	Desvio-padrão
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	482	40	38	17
	Licenciatura (1.º ciclo do ensino superior)	6673	42	40	18
	Mestrado (2.º ciclo do ensino superior)	1813	35	33	18
	Mestrado integrado	956	48	47	18
	Pós-graduação	78	27	24	16
Área de estudo (CITE 2013)	Educação	361	39	37	17
	Artes e Humanidades	1022	42	40	19
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	1227	37	35	16
	Gestão, Administração e Direito	1953	36	34	17
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	655	44	43	16
	Tecnologias de Informação e Comunicação	282	38	38	13
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	1882	43	41	18
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	297	45	41	20
	Saúde e Bem-Estar	1755	49	48	19
	Serviços	529	34	32	17

Os estudantes que despendem mais horas em média com o estudo são do mestrado integrado (48 horas em média) e também estudantes que estudam na área da saúde e bem-estar (49 horas em média por semana).

No seu conjunto, 83% deste tempo é dedicado a atividades relacionadas com o estudo. A análise de segmentos específicos permite observar que os estudantes das



áreas de Ciências naturais, matemática e estatística (com 92,5%) e os estudantes de Engenharias, indústrias transformadoras e construção (87,4%) correspondem aos segmentos com maior orçamento global de tempo dedicado a atividades letivas e estudo pessoal. Já os estudantes que frequentam cursos das áreas de Gestão, administração e direito e da área de Serviços são os que, em termos médios, têm um menor peso de tempo semanal dedicado a atividades acadêmicas (cerca de 75%).

Quadro 5.3 Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

<i>n ponderado</i>	10003
Média	83,4 %

Quadro 5.4 Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por área de estudo, 2022/23 (2.º semestre) (n ponderado e % média)

		<i>n ponderado</i>	% média
Área de estudo (CITE 2013)	Educação	361	78,7
	Artes e Humanidades	1022	86,5
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	1227	81,2
	Gestão, Administração e Direito	1953	75,1
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	655	92,5
	Tecnologias de Informação e Comunicação	282	82,9
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	1882	87,4
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	297	84,0
	Saúde e Bem-Estar	1755	86,9
	Serviços	529	75,4



Quadro 5.5 Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por intensidade de envolvimento em atividade económica, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	% média
0h	<i>6841</i>	100,0
1 a 20h por semana	<i>1364</i>	77,0
>20h por semana	<i>1766</i>	45,3

A incidência do orçamento global de tempo nas atividades de estudo reflete a preponderância do segmento que não exerce qualquer atividade económica, mesmo que pontual (69% dos estudantes). Entre os estudantes que dedicam algum tempo semanal a atividades de trabalho (até 20 horas por semana, cerca de 14% do todo de estudantes) o orçamento de tempo com atividades de estudo ronda os 77%, enquanto nos que trabalham de forma mais permanente (mais de 20 horas/semana; 18% dos estudantes) a fatia de tempo semanal dedicada ao estudo desce para 45%.

Quadro 5.6 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham), 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais)

<i>n ponderado</i>	<i>10556</i>
Média	8.3
Mediana	0.0
Desvio-padrão	14.8

Quadro 5.7 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais)

	Estudantes a tempo inteiro	Estudantes a tempo parcial	unidade
<i>n ponderado</i>	<i>9087</i>	<i>1452</i>	<i>n</i>
Média	5.1	28.1	Horas
Mediana	0.0	35.0	Horas
Desvio-padrão	11.8	16.3	Horas

Quadro 5.8 Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) por intensidade de envolvimento em atividade económica, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais)

	Atividade económica					
	0h	1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
<i>n ponderado</i>	<i>7276</i>	<i>288</i>	<i>400</i>	<i>175</i>	<i>549</i>	<i>1869</i>
Média	0.0	3.7	8.1	13.2	18.9	37.6
Mediana	0.0	4.0	8.0	12.0	20.0	40.0
Desvio-padrão	0.0	1.1	1.4	1.4	1.7	8.3

É interessante notar que no subconjunto de estudantes que conciliam as atividades relacionadas com os estudos com algum tipo de trabalho remunerado, uma parcela relevante gostaria de poder dedicar mais tempo a essa atividade económica. Esta preferência está muito presente entre os que apenas exercem atividades pontuais (até 5h/semana, entre os quais 64% gostariam de poder trabalhar mais horas) e acolhe, também, uma maioria das preferências entre os que dedicam 11h a 20 horas semana (mais de metade expressa que gostariam de trabalhar mais horas) (quadro 5.9).



Quadro 5.9 Estudantes que gostariam de despendar mais tempo com o trabalho remunerado no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica remunerada durante o período letivo em áreas relacionadas com os estudos, 2022/23 (2.º semestre) (1.º semestre) (%)

			Atividade económica remunerada				
			1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
Trabalho remunerado*	Menos	%	12,9	10,8	3,8	11,0	25,5
	A mesma	%	23,4	46,6	49,6	40,7	45,3
	Mais	%	63,7	42,6	46,6	48,3	29,2
	Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		<i>n ponderado</i>	<i>58</i>	<i>127</i>	<i>43</i>	<i>160</i>	<i>926</i>

Nota: Foi perguntado aos estudantes se gostariam de despendar mais tempo em atividades relacionadas com o estudo

$$\chi^2(10) = 83,355, p < 0,01; V \text{ de Cramer} = 0,178$$

No geral, apesar de ser possível observar que quanto mais tempo dedicam ao trabalho remunerado, mais declaram que prefeririam ter uma menor intensidade de envolvimento em atividades económicas, a verdade é que mesmo entre os estudantes que exercem mais de 20 horas/semana de trabalho remunerado aqueles que gostaria de diminuir a carga de tempo dedicada ao trabalho têm uma menor representação (25,5%), na comparação com o subconjunto destes trabalhadores-estudantes que manifestam interesse em manter a mesma dedicação ao trabalho (45,3%) ou até gostariam de poder dedicar mais tempo à atividade económica remunerada (29,2%).



Quadro 5.10 Estudantes do ensino superior por condição perante a atividade económica ao longo do período letivo, 2022/23 (2.º semestre) (%)

	<i>n ponderado</i>	%
Sim, trabalho regularmente durante todo o período letivo	2456	23,2
Sim, trabalho ocasionalmente durante o período letivo	900	8,5
Não, não trabalho no período letivo	7248	68,4
Total	10603	100,0

Quadro 5.11 Estudantes do ensino superior que trabalham ao longo de todo o período letivo segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais)

		Unidade
<i>n ponderado</i>	2434	<i>n</i>
Média	30.9	Horas
Mediana	35.0	Horas
Desvio-padrão	13.2	Horas

Quadro 5.12 Estudantes do ensino superior segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2022/23 (2.º semestre) (em horas semanais)

	Atividade económica					
	0h	1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
<i>n ponderado</i>	7276	288	400	175	549	1869
Média	0.0	3.7	8.1	13.2	18.9	37.6
Mediana	0.0	4.0	8.0	12.0	20.0	40.0
Desvio-padrão	0.0	1.1	1.4	1.4	1.7	8.3



Quadro 5.13 Razões para o exercício de atividade remunerada, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

		Fazer face às despesas de manutenção	Adquirir experiência no mercado de trabalho	Sustentar os estudos	Apoiar financeiramente e outros (familiares)	Poder comprar coisas que de outra forma não compraria.
Aplica-se totalmente	<i>n ponderado</i>	2450	1451	1952	876	2170
	%	73,6	43,9	58,8	26,5	65,4
Aplica-se parcialmente	<i>n ponderado</i>	366	731	275	304	582
	%	11,0	22,1	8,3	9,2	17,5
Não se aplica	<i>n ponderado</i>	512	1124	1093	2131	567
	%	15,4	34,0	32,9	64,3	17,1
Total	<i>n ponderado</i>	3328	3306	3321	3311	3318
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As razões que levam os estudantes a ter uma atividade remunerada toma por base a possibilidade de aumentar recursos para fazer face às despesas de manutenção do dia-a-dia, para elevar o nível aquisitivo que, de outro modo, não seria possível e sustentar os estudos; só depois vem a possibilidade de adquirir experiência no mercado de trabalho ou apoiar financeiramente familiares.

Capítulo 6.

AVALIAÇÕES DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

6.1 Condições e relações educativas: percepções e avaliações dos estudantes

A pandemia alterou de certa forma o ambiente social e académico dos estudantes e, também, o seu sentimento de pertença, chamando a atenção para maiores dificuldades de integração e ligação ao sistema de ensino superior e, mais especificamente, à sua instituição e programa de estudos (Martins e outros, 2023).

Os dados presentes no quadro 6.1 mostram o acentuar de problemas de integração social e institucional no ensino superior face ao anterior inquérito nacional do EUROSTUDENT. Tal está presente no aumento daqueles que sentem que não pertencem ao ensino superior e, de forma ainda mais problemática, daqueles que consideram (parcialmente e ou de forma mais consolidada) abandonar os estudos (de 10% para 17,1%).

Quadro 6.1 – Avaliação sobre o percurso no curso/programa de estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Tenho muitas vezes a sensação de que não pertenço ao ensino superior		Sempre foi claro para mim vir estudar um dia para o ensino superior		Estou a pensar seriamente em abandonar os meus estudos no ensino superior	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Concordo totalmente	<i>2458</i>	23,5	<i>7952</i>	75,9	<i>775</i>	7,4
Concordo parcialmente	<i>1965</i>	18,8	<i>1312</i>	12,5	<i>1022</i>	9,7
Discordo totalmente	<i>6032</i>	57,7	<i>1208</i>	11,5	<i>8685</i>	82,9



Entre um quinto e um quarto dos estudantes considera que os serviços de apoio ao estudo, à saúde mental, ao apoio financeiro e ao alojamento não são suficientes (de todo).

Quadro 6.2 Grau de satisfação com o apoio fornecido pelas instituições de ensino superior ou entidades parceiras (por exemplo, associações de estudantes, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Serviços de apoio ao estudo		Serviços de apoio à saúde mental		Serviços de apoio financeiro		Serviços de apoio ao alojamento	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Totalmente suficiente	420	48,3	660	53,8	524	55,3	430	55,6
Parcialmente suficiente	249	28,6	272	22,2	202	21,4	167	21,7
Não é suficiente (de todo)	201	23,1	295	24	219	23,3	176	22,8

Quanto ao tipo de relações educativas e pedagógicas estabelecidas entre os estudantes e os seus professores, parece haver uma avaliação positiva na componente pedagógica (nomeadamente na forma como os professores ensinam as matérias que lecionam) e na motivação para a aprendizagem (e mais de um terço dos estudantes da amostra concordam totalmente que os seus professores os motivam para a aprendizagem e para a obtenção de bons resultados). Não obstante, existem menos estudantes a considerarem que os professores lhes dão retorno sobre as suas aprendizagens. Mesmo assim, houve uma certa melhoria neste parâmetro (comparando com o inquérito anterior – EVII), com o retomar de um regime presencial ou mais próximo dos estudantes, no pós-pandemia (quadro 6.3).



Quadro 6.3 Avaliação do retorno dado pelos docentes relativamente ao progresso dos estudantes nos estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Professores dão retorno sobre como estou a ir nos estudos		Professores motivam-me a dar o meu melhor		Professores são muito bons a explicar as matérias que lecionam	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Concordo totalmente	2958	28,2	3858	36,8	4084	39,0
Concordo parcialmente	3048	29,1	3356	32,0	3981	38,0
Discordo totalmente	4482	42,7	3257	31,1	2407	23,0

Quadro 6.4 O relacionamento com docentes e colegas, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Conhece muitos colegas com que pode discutir questões relacionadas com as matérias lecionadas		Recomendaria o atual programa de estudos	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Concordo totalmente	6058	57,9	6283	60,0
Concordo parcialmente	2338	22,3	2514	24,0
Discordo totalmente	2074	19,8	1683	16,1

O lado relacional com os pares, em termos educativos, ou seja, a troca e discussão com os colegas sobre os temas de lecionação, parece acontecer de forma dominante entre os estudantes da amostra (57,9%, concorda totalmente e 22,3%, concorda parcialmente). Em paralelo, os estudantes parecem estar relativamente satisfeitos com o seu programa de estudos, dando conta de que a maioria recomendaria o seu programa de estudos a outras pessoas (para 60% estaria completamente de acordo com essa recomendação e 24% parcialmente).



Quadro 6.5 Autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Melhor	3697	35,8
Igual	4666	45,2
Pior	1966	19,0

Quanto à avaliação do seu desempenho, a grande maioria dos estudantes da amostra dá conta de que será igual ao dos seus colegas (45,2%) e mais de um terço diz estar melhor que os restantes colegas (quadro 6.5).

Quadro 6.6 Intenções de abandonar os estudos segundo a autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

Intenções de abandonar os estudos	Perceção do desempenho					
	É melhor do que o dos meus colegas		O meu desempenho nos estudos é tão bom como o dos meus colegas		O meu desempenho nos estudos é pior como o dos meus colegas	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Concordo completamente	154	4,2	252	5,4	354	18,1
Parcialmente	174	4,7	445	9,5	357	18,2
Não concordo (de todo)	3368	91,1	3964	85,0	1248	63,7

$$\chi^2(4) = 746,947, p < 0,001; V \text{ de Cramer} = 0,190$$

Quando existe uma perceção de valorização do desempenho, a intenção de abandonar os estudos parece ficar mais afastada (91,1% dos estudantes com esta avaliação) (quadro 6.6).

6.2 Digitalização na educação

A pandemia obrigou reforçou de forma muito evidente a relevância do digital no sistema educativo e no ensino superior em Portugal.

Quadro 6.7 Proporção ideal e situação ideal entre aulas à distância (online) e presenciais, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Proporção ideal entre aulas à distância (online) e presenciais: situação atual		Proporção ideal entre aulas à distância (online) e presenciais: situação ideal	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
1 Apenas à distância (online)	189	1,8	218	2,1
2	121	1,2	392	3,8
3	862	8,3	3155	30,7
4	1232	11,9	2346	22,8
5 Apenas presencialmente	7959	76,8	4176	40,6
Total	10364	100,0	10287	100,0

Os estudantes da amostra dão conta que, pelo menos depois do estado pandémico, o regresso ao ensino presencial foi muito alargado. A projeção de os estudantes do que seria uma situação ideal na preponderância destas modalidades, situa-se numa versão mais híbrida, embora, ainda assim, mais posicionada no lado de relações educativas presenciais.

Quadro 6.8 Satisfação com disponibilidade digital no programa de estudos, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

Satisfação com disponibilidade digital no programa de estudos	Muito satisfeito/a		2 -		3 -		4 -		Nada satisfeito		Não preciso		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>N</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
unidades curriculares/ aulas online	1687	16,3	2299	22,2	2345	22,7	1189	11,5	1155	11,2	1666	16,1	10341	100,0
unidades curriculares/ aulas gravadas	1082	10,5	1369	13,3	2072	20,1	1690	16,4	2337	22,7	1757	17,0	10308	100,0
exames/provas/ e testes online	1160	11,3	1802	17,5	2540	24,7	1437	13,9	1504	14,6	1857	18,0	10299	100,0
materiais de apoio ao estudo (livros, textos, etc.)	2408	23,4	3476	33,7	2466	23,9	1175	11,4	607	5,9	172	1,7	10305	100,0
serviços administrativos (inscrições, formulários)	1914	18,5	2832	27,4	2865	27,7	1366	13,2	1037	10,0	327	3,2	10341	100,0
serviços de apoio/ aconselhamento	1047	10,1	1596	15,5	3244	31,4	1861	18,0	1669	16,2	904	8,8	10320	100,0

Os estudantes (incluídos na amostra), em termos de disponibilidade do digital, sentem-se satisfeitos, sobretudo, com os materiais de apoio ao estudo. As componentes das atividades do programa de estudo em que se sentem menos satisfeitos têm a ver com o acesso a aulas gravadas ou o predomínio do digital na avaliação, como exames, provas ou testes. É também relativamente a estas componentes que mais estudantes declaram não precisar da sua disponibilidade ou utilização (17% e 18%, respetivamente), associando-se ainda as aulas *online* (com 16,1%).

Capítulo 7.

MOBILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

Comparativamente com inquéritos anteriores (EUROSTUDENT VI – 2017; EVII, 2020), os dados recolhidos no ano letivo 2022/23 (2.º semestre) apresentam um aumento de mais do dobro, na percentagem de estudantes que indica ter tido algum tipo de experiência (estágios ou atividades relacionadas com os estudos) no estrangeiro (quadro 7.1). Compreensivelmente, o Inquérito anterior, tendo em conta o contexto pandémico em que se vivia, e destacando as restrições às viagens para o estrangeiro, o fecho das fronteiras, os confinamentos domiciliários obrigatórios, registaria uma maior contenção das mobilidades e seria, igualmente, expectável que o presente inquérito registasse um relevante aumento.

Quadro 7.1 Estudantes do ensino superior com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	2020/21 (1º semestre)		2022/2023 (2º semestre)	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Estudantes que tiveram atividade de estudo no estrangeiro	6180	9,6	2485	24,9
Estudantes que não tiveram atividade no estrangeiro	5918	90,4	7504	75,1

Estudantes que frequentam ciclos de estudos mais avançados como mestrados e pós-graduações, continuam a apresentar maiores níveis de participação em atividades relacionadas com estudos no estrangeiro (quadro 7.2). No entanto, comparando com a edição anterior do mesmo inquérito, as diferenças para os restantes ciclos de estudo reduziram, sobretudo pelo aumento significativo da adesão a estas atividades por parte de estudantes inscritos em Cursos técnicos superiores nacionais (de 8,6% para 18,9%) e em licenciaturas (de 5,6% para 21,6%). Mesmo assim, é entre os inscritos em formação pós-graduada que se declara uma maior percentagem deste tipo de experiência. Quanto à escolaridade dos pais (quadro 7.2), verificam-se

diferenças (9,8%) entre filhos de pais com e sem ensino superior, sendo os primeiros a registar maiores níveis de participação em atividades de estudo no estrangeiro.

Quadro 7.2 Estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro por grau de escolaridade ao qual dará acesso o programa de estudos atual, e por escolaridade dos pais, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)

		Atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro					
		Estudantes que tiveram atividade no estrangeiro		Estudantes que não tiveram atividade no estrangeiro		Total	
		<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Grau de qualificação em desenvolvimento ¹	Curso Técnico Superior Nacional	91	18,9	393	81,1	485	100,0
	Licenciatura	1432	21,6	5200	78,4	6633	100,0
	Mestrado	618	33,6	1222	66,4	1840	100,0
	Mestrado integrado	318	33,1	642	66,9	960	100,0
	Outro (Pós-graduação)	26	36,6	46	63,4	72	100,0
Escolaridade dos pais ²	Sem ensino superior	1231	21,0	4629	79,0	5860	100,0
	Com ensino superior	1221	30,8	2744	69,2	3965	100,0

¹ $\chi^2(4) = 162,336$, $p < 0,01$ V de Cramer = 0,127

² $\chi^2(1) = 120,966$, $p < 0,01$ V de Cramer = 0,111

O sucesso no ensino superior está relacionado com os sucessos da trajetória escolar anterior (veja-se o quadro 3.9), embora com fraca intensidade (V de Cramer=0,097).

Embora a indicação de intenções para estudar no estrangeiro (quadro 7.3) mantenha níveis muito semelhantes aos de 2020 (redução 0,4 pontos percentuais), é ligeiramente maior a percentagem de estudantes a planear "efetivamente" o seu envolvimento neste tipo de atividades (aumento de 0,6%) em 2023.



Quadro 7.3 Intenções/planos dos estudantes para estudar no estrangeiro no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
A planear inscrição no estrangeiro	1203	12,7
Intenções para inscrição no estrangeiro	3129	33,0
Sem intenções para inscrição no estrangeiro	5151	54,3

Correspondendo ao peso que representam na amostra (66,8%), os estudantes que frequentavam a licenciatura aquando da experiência que tiveram no estrangeiro (quadro 7.4) estão em maioria (61,5%). Comparando com a edição anterior deste inquérito, registou-se uma redução de 12,5% para estes estudantes, sobretudo, pelo aumento do envolvimento nestas atividades de estudantes que frequentavam ciclos de estudos mais avançados como mestrado (aumento de 10,1%) e "Outro" como pós-graduações (aumento de 5,5%).

Quadro 7.4 Grau de escolaridade a que daria acesso o programa de estudos aquando da experiência no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Curso Técnico Superior Nacional	21	2,7
Licenciatura	469	61,5
Mestrado	116	15,2
Mestrado integrado	89	11,6
Outro	84	11,0

A grande maioria de estudantes que realizaram atividades no estrangeiro indica ter estado integrada institucionalmente em programas europeus de mobilidade estudantil internacional (quadro 7.5) como o ERASMUS+ ou outros promovidos pela União Europeia. No seu conjunto, o recurso a estes dois tipos de programa é indicado por 77,7% dos estudantes que participaram nestas atividades. No entanto,



comparando com o inquérito EUROSTUDENT de 2020, verifica-se uma maior dispersão pelo tipo de apoio/enquadramento institucional a que estes estudantes recorrem. Programas promovidos por organizações independentes (aumento de 9,2% face a 2020) e outros programas da União Europeia (aumento de 8,5%) aumentaram a sua representatividade neste tipo de apoios/enquadramentos diminuindo o "protagonismo" que em 2020 (91,9%) foi quase exclusivo do programa ERASMUS+.

Quadro 7.5 Tipo de enquadramento ou apoio institucional para desenvolvimento da atividade no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
ERASMUS	520	67,9
Outro programa da União Europeia	75	9,8
Outro programa	71	9,3
Organização independente, sem nenhum programa	100	13,0

Em concordância com os dados recolhidos em 2020, os obstáculos financeiros são referidos com maior grau de importância para o não envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro (quadro 7.6). Apenas 11,5% dos estudantes sem planos de mobilidade internacional não indicam a dimensão financeira como um obstáculo ao envolvimento nestas atividades. No entanto, registou-se uma diminuição quanto ao grau de importância que estes obstáculos representam, em 2020, 74,4% dos estudantes que atribuíam muita importância a este tipo de obstáculos, enquanto em 2023 esta percentagem é reduzida para 51,9%. Os problemas de saúde e as restrições temporárias de mobilidade global são, de todos os obstáculos considerados, os que são indicados como menos importantes para este grupo de estudantes.



Quadro 7.6 Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)

	Obstáculo importante		Obstáculo parcialmente importante		Não é obstáculo	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Proficiência em línguas	1504	30,80	856	17,60	2518	51,60
Falta de informação cedida pela instituição de ensino	1267	26,40	1253	26,10	2276	47,50
"Separação" da família	1334	28,20	487	10,30	2902	61,50
"Separação" dos grupos sociais a que pertence	1787	37,20	1058	22,00	1953	40,70
Obstáculos financeiros	3573	74,20	689	14,30	551	11,50
Possível perda de emprego	1684	35,60	490	10,30	2556	54,00
Falta de motivação	1333	27,80	1244	26,00	2211	46,20
Poucos benefícios para os estudos no país de origem	1444	30,50	1317	27,80	1982	41,80
Pouca compatibilidade entre o programa de estudos dos países de origem e destino	1410	29,70	1336	28,10	2009	42,20
Problemas com reconhecimento de resultados obtidos no estrangeiro	1240	26,30	1286	27,20	2196	46,50
Problemas com acesso a autorizações de residência no país de destino	1421	30,00	1226	25,90	2082	44,00
Problemas relacionados com restrições na admissão em programas de mobilidade	1161	24,80	1364	29,20	2150	46,00
Problemas de saúde	581	12,30	564	12,00	3576	75,70
Restrições temporárias na mobilidade global	584	12,50	834	17,80	3270	69,70

Importa salientar, face a 2020, o aumento da percentagem (4,3 p.p.) de estudantes que, em 2023, consideram os problemas com o reconhecimento de créditos como obstáculo muito importante ao seu envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro. Nesta matéria, o quadro 7.7, relativo à experiência efetiva de reconhecimento de créditos aquando do envolvimento neste tipo de atividades,

• • •

indica-nos que a maioria dos estudantes (64,3%) teve os créditos relativos à atividade de estudo no estrangeiro completamente validada. No entanto, comparando com 2020, estes valores sofreram um decréscimo de 20 pontos percentuais.

Quadro 7.7 Mobilidade e internacionalização, reconhecimento de créditos aquando da realização de atividade no estrangeiro, 2022/23 (2º semestre) (% e n ponderado)

	<i>n ponderado</i>	%
Reconhecimento completo	438	64,3
Reconhecimento parcial	76	11,2
Sem reconhecimento	32	4,6
Não obteve créditos	43	6,3
(ainda) não sabe	92	13,5

Capítulo 8.

SAÚDE E BEM-ESTAR: serviços e proteção

Uma das dimensões em desenvolvimento nos sistemas de ensino superior da Europa, prende-se com os serviços prestados aos estudantes nas instituições, do ponto de vista de um suporte holístico e integrado (Eurydice, 2022).

Os serviços de apoio que, com maior frequência, os estudantes declaram conhecer pior são aqueles que se referem aos apoios financeiros. Os serviços que reportam conhecer com mais frequência, mesmo que nunca os tenham utilizado, são os serviços de apoio à saúde mental e de apoio ao estudo (ver quadro 8.1).

Quadro 8.1 Estudantes do ensino superior quanto ao conhecimento e utilização de serviços de apoio fornecidos pelas instituições de ensino superior, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Conhecimento de serviços de <u>apoio ao estudo</u>		Conhecimento de serviços de apoio à <u>saúde mental</u>		Conhecimento de serviços de <u>apoio financeiro</u>		Conhecimento de serviços de <u>apoio ao alojamento</u>	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Sim, mas ainda não utilizei	5411	51,6	6286	60,1	3353	32,1	4561	43,7
Sim, e já utilizei	873	8,3	1236	11,8	960	9,2	776	7,4
Não conheço	4201	40,1	2934	28,1	6134	58,7	5106	48,9
Total	10484	100,0	10455	100,0	10446	100,0	10443	100,0



Quadro 8.2 Estudantes do ensino superior quanto à diversidade de serviços de apoio fornecidos pelas instituições de ensino superior que conhece e utiliza, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Número de tipos diferentes de serviços que conhece		Número de tipos diferentes de serviços que utiliza	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
0	1573	15,1	7663	73,8
1	1791	17,2	1863	17,9
2	2386	23,0	670	6,5
3	1828	17,6	151	1,5
4	2808	27,0	38	0,4

Apesar de muitos não utilizarem nenhum destes apoios, consideram ser mais importantes (úteis) os dirigidos ao apoio financeiro e ao alojamento (ver quadro 8.3).

Quadro 8.3 Grau de utilidade do apoio/aconselhamento fornecido pelas instituições de ensino superior, 2022/2023 (2º semestre) (% e n ponderado)

		Apoio ao estudo	Apoio à saúde mental	Apoio financeiro	Apoio ao alojamento
1 - Extremamente útil	<i>n ponderado</i>	140	318	285	251
	%	16,1	25,9	30,1	32,5
2	<i>n ponderado</i>	280	342	239	179
	%	32,2	27,9	25,2	23,1
3	<i>n ponderado</i>	249	272	202	167
	%	28,6	22,2	21,4	21,7
4	<i>n ponderado</i>	109	149	112	79
	%	12,5	12,1	11,9	10,2
5 - Nada útil	<i>n ponderado</i>	92	146	107	97
	%	10,6	11,9	11,4	12,6
Total	<i>n ponderado</i>	870	1226	945	773
	%	100,0	100,0	100,0	100,0



Quadro 8.4 Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de problema de saúde mental a limitar os estudos por tipo de problema, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado entre os estudantes que declaram ter um problema de saúde mental)

	Não		Sim	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Transtorno de ansiedade	176	23,9	560	76,1
Depressão	261	35,5	475	64,5
Perturbação alimentar	612	83,1	125	16,9
Perturbação de personalidade	692	94,0	44	6,0
PHDA - Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção	562	76,4	174	23,6
Psicose	724	98,4	12	1,6
Comportamentos aditivos	704	95,6	32	4,4
Outros problemas mentais	612	83,1	125	16,9
Não pretendo especificar mais o meu problema de saúde mental	0	0,0	24	100,0

Os estudantes que reportam que os problemas de saúde mental afetam os seus estudos são, de forma mais reforçada, os que sofrem de transtorno de ansiedade e depressão (quadro 8.4). Em sentido contrário, e apesar de muitos estudantes darem conta que padecem desses problemas, as suas perceções desvalorizam mais o impacto da psicose e de comportamentos aditivos no desenvolvimento das suas formações (quadro 8.4).



Quadro 8.5 Estudantes do ensino superior quanto à existência de diagnóstico e tratamento do seu problema de saúde mental, 2022/2023 (2º semestre) (% n ponderado)

	Diagnóstico feito por médico/terapeuta	
	<i>n ponderado</i>	%
Sim, e estou a realizar tratamento neste momento	427	58,7
Sim, mas não estou a realizar tratamento neste momento	214	29,5
Não	86	11,8

Como evidenciam alguns relatórios europeus (nomeadamente um muito recente, Riva, Lister, e Jeglinska, 2024), muitos dos problemas que afetam o bem-estar no ensino superior são causados ou exacerbados pelas desigualdades profundamente enraizadas no sector. Ora, como ficou bem patente no capítulo 4, os estudantes portugueses vivem num contexto de grande desigualdade. Adicionalmente, tais desigualdades têm como expressão a desigualdade de género, a discriminação racial, a discriminação em razão da deficiência e a homofobia (Riva, Lister, e Jeglinska, 2024). Tais desigualdades e experiências de discriminação serão aprofundadas no capítulo seguinte.

Capítulo 9.

EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO

As principais percepções de discriminação que os estudantes declaram já ter sentido com mais frequência dirigem-se ao género (8,1%) e ao peso (7,9%), sendo a nacionalidade (6,6%) e os rendimentos financeiros (7,2%) também alvos relevantes de discriminação.

Quadro 9.1 Estudantes do ensino superior que declararam ter sido discriminados por fator de discriminação, 2022/23 (2.º semestre) (% e *n* ponderado)

	Não		Sim	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Cor da pele	9701	96,1	392	3,9
Nacionalidade	9413	93,4	666	6,6
Religião	9765	97,0	302	3,0
Género	9245	91,9	813	8,1
Sexualidade	9518	94,5	553	5,5
Idade	9365	93,1	690	6,9
Peso	9267	92,1	794	7,9
Incapacidade	9597	95,5	451	4,5
Problema de saúde mental	9433	93,8	623	6,2
Rendimentos	9328	92,8	727	7,2
Nível de qualificação dos pais (ou equivalentes)	9788	97,4	265	2,6



Mesmo tendo em conta um espaço institucional, cuja discussão, debate e regulamentação têm sido crescentes, no sentido de promover a igualdade de género nas instituições, os estudantes registam um nível relevante de discriminação nesta dimensão de análise. A equidade a este nível tem vindo a tornar-se num imperativo, enquadrado internacionalmente por referenciais como os Direitos Humanos fundamentais e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, com especial relevância para ODS 5 – Igualdade de Género, mas também, de âmbito nacional, o instrumento político assente na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) 2018-2030, Portugal + Igual, de 8 de março de 2018. Esta estratégia definiu três Planos de Ação com os seguintes objetivos estratégicos e específicos em matéria de não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens (IMH): prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD), e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (OIEC). Estes instrumentos vêm intervir numa realidade de desigualdade ainda muito cristalizada na sociedade portuguesa e também nas instituições do ensino superior. Veja-se a este propósito alguns indicadores do sítio eletrónico da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).⁸

É interessante registar que havendo uma quase paridade entre homens e mulheres na frequência no ensino superior, o género seja percecionado como a característica que gera mais experiências de discriminação entre os estudantes do ensino superior.

As estudantes mulheres declaram ser mais objeto de discriminação que os homens, sobretudo por via do género, mas também devido ao seu peso, ou por problemas de saúde mental, ou devido aos seus rendimentos. O parâmetro em que os homens declaram de forma mais expressiva, face as mulheres estudantes e enquanto alvos de discriminação, foi por via da sua sexualidade (ou orientação sexual) (quadro 9.2).

⁸ Por exemplo, o indicador referente ao Pessoal docente no ensino superior universitário, por categoria e sexo: <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/indicadores-2022/educacao-formacao-e-ciencia/>

• • •

Quadro 9.2 Estudantes do ensino superior que declararam ter sido discriminados segundo fator de discriminação e por sexo, 2022/23 (2.º semestre) (%)

	Mulheres	Homens	$\Delta=M-H$
Género	11,6	3,9	7,7
Peso	9,3	6,2	3,2
Rendimentos	8,2	6,0	2,2
Problema de saúde mental	7,5	4,7	2,8
Idade	7,2	6,4	0,8
Nacionalidade	6,7	6,5	0,2
Sexualidade	4,4	6,8	-2,3
Incapacidade	4,4	4,6	-0,2
Cor da pele	4,0	3,8	0,2
Religião	2,9	3,2	-0,3
Qualificação dos pais	2,7	2,5	0,2

O sentimento ou experiência de discriminação parece ser mais evidente em contexto escolar e pelos pares (quadro 9.3).

Quadro 9.3 Estudantes do ensino superior que declararam ter sido discriminados por tipo de autor/sujeito da discriminação, 2022/23 (2.º semestre) (% e n ponderado)

	Não		Sim	
	<i>n ponderado</i>	%	<i>n ponderado</i>	%
Discriminação em contexto de estudos	<i>6874</i>	69,4	<i>3025</i>	30,6
Discriminação por funcionários da instituição de ensino	<i>9298</i>	93,8	<i>612</i>	6,2
Discriminação por outros estudantes	<i>7609</i>	76,5	<i>2343</i>	23,5
Discriminação por docentes	<i>8490</i>	85,5	<i>1440</i>	14,5

Alguns dos tipos de discriminação que apresentam valores reduzidos (quadro 9.1) pode dever-se à pouca presença ou representação dos estudantes que habitualmente

• • •

são objetos dessa discriminação. É o caso da discriminação em função da cor da pele. Por exemplo, alguns estudos (Seabra e outros, 2016) dão conta de um maior acesso de afrodescendentes no ensino superior por via de uma expansão e reconfiguração social do ensino superior, embora ainda se possa identificar um *gap* relevante entre a sua presença no ensino superior e a representação desta população na sociedade portuguesa. Tal pode ocultar a representação mais evidente deste tipo de discriminação entre os estudantes.

Referências bibliográficas

- Aguiar-Conraria, Luís, M.Luís Cerdeira, & Cláudia Sarrico (2022). *Financiamento Público do Ensino Superior em Portugal*. Braga: Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/81109>
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, José Luís Casanova, Susana da Cruz Martins, Rosário Mauritti, Patrícia Ávila, e Fernando Luís Machado (2003), *Diversidade na Universidade: Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Alves, Mariana Gaio (2018), "Capítulo 11 Reconfigurações contemporâneas da relação entre ensino superior e mercado de trabalho – uma abordagem crítica a partir dos contextos português e inglês", em António Fragoso Sandra T. Valadas (coord.), *Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior*, Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 231-250.
- Brooks, Rachel (2012), Student-parents and higher education: a cross-national comparison, *Journal of Education Policy*, 27:3, 423-439, DOI: 10.1080/02680939.2011.613598
- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo, e Ricardo Oliveira Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- Curaj, Adrian, Ligia Deca, Remus Pricopie (2018), "introduction", em *European Higher Education Area: The Impact of Past and Future Policies*, Springer, pp.1-11.
- DGEEC e Observatório dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES) (2020), *Estudantes à saída do Secundário em 2018/2019*, Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).
- Encinas-Martín, Marta e Michelle Cherian (2023), *Gender, Education and Skills: The Persistence of Gender Gaps in Education and Skills*, OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/34680dd5-en>.
- European Commission/EACEA/Eurydice (2022), *Towards equity and inclusion in higher education in Europe*. Eurydice report. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Griga, Dorit, e Andreas Hadjar (2014), "Migrant Background and Higher Education Participation in Europe: The Effect of the Educational Systems", *European Sociological Review*, 30(3), pp 275–286, <https://doi.org/10.1093/esr/jct031>
- GTAEDES (2017), *Directório dos Serviços de Apoio para Estudantes com Deficiência no Ensino Superior* (edição 2016) – <http://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>
- Hauschildt, Kristina, Eva Vogtle, e Christoph Gwosć (2018), *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe, EUROSTUDENT VI2016-2018 (Synopsis*



of Indicators), Bielefeld, German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW).

Hauschildt, Kristina, Christoph Gwośc, Hendrik Schirmer, Froukje Wartenbergh-Cras (2021), *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe, EUROSTUDENT VII 2019-2021 (Synopsis of Indicators)*, Bielefeld, German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW).

Lowe, Janet, & V. Gayle (2007), "Exploring the work/life/study balance: the experience of higher education students in a Scottish further education college", *Journal of Further and Higher Education*, 31(3), 225–238. <https://doi.org/10.1080/03098770701424942>

Homem, António P.B., Joaquim Mourato, Pedro Dominginhos (2017), *Parecer. Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior*, CNE: http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Parecer_EstudantesNEEEEnsino_Superior.pdf.

Machado, Bernardo (2023). *Estudar no ensino superior e a parentalidade: Traços e modalidades de conciliação* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/31040>

Martins, Susana da Cruz (2012), *Escolas e Estudantes da Europa: Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Martins, Susana da Cruz (2015), "A abertura do ensino superior à diversidade de públicos: políticas e orientações", Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp. 735-756.

Martins, Susana da Cruz (2020), "Alargamento Social e Condições de Vida Dos Estudantes do Ensino Superior: Portugal e o contexto europeu", em A.J. Barbosa de Oliveira, E. R. Pereira e R. Mauritti (Ed.), *Práticas Inovadoras em Gestão Universitária: Interfaces entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: UFRJ e Iscte.

Martins, Susana da Cruz, e Joana Campos (2006), *Processos de Transição do Ensino Secundário Para o Superior: Os Alunos do Instituto Politécnico de Santarém*, Lisboa, Castelo Branco, POLITÉCNICA - Associação dos Institutos Politécnicos do Centro, p.37

Martins, Susana da Cruz e Rosário Mauritti (2011), "Ficar na casa dos pais. Contextos residenciais e familiares dos estudantes do ensino superior", em Colóquio *Olhares sobre os jovens em Portugal: Saberes, Políticas, Acções*, ICS-UL, Lisboa (<http://www.cies.iscte.pt/getFile.jsp?id=201>).

- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, Bernardo Machado, e António Firmino da Costa (2018), *Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, CIES-Iscte.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2008), *Estudantes do Ensino Superior: Inquérito às Condições Socioeconómicas*, 2007, em Coleção Temas e Estudos de Acção Social (vol. 7), Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz; Rosário Mauritti, e Bernardo Machado (2023), "How has the pandemic affected access and the feeling of belonging in Portuguese higher education?", *Education Sciences* 13(9), 1-19.
- Mauritti, Rosário (coord.) (2023a), Paio A., Sousa, C., Justino, E., Belchior-Rocha, H., Assis, R.V., Saleiro, S., Silva, S.F. Pintassilgo, S. (2023). *Estudo de Caracterização, Análise e Avaliação da Qualidade das Residências para Estudantes do Ensino Superior: Relatório Final*, CIES-Iscte, Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação (AN ERASMUS+ EF).
- Mauritti, Rosário, Sónia Pintassilgo, Helena Belchior Rocha, Sandra Palma Saleiro, Jéssica Mendes (2023b), "Mobilidade internacional por motivos de estudo: fluxos e distribuição de estudantes da CPLP no ensino superior e território português, CIDADES, Comunidades e Territórios, 47. DOI: <https://doi.org/10.15847/cct.30825>
- Monteiro, Sílvia (2018), "Capítulo 12 Estudar e trabalhar, barreira ou oportunidade? Estudo comparativo entre estudantes trabalhadores e estudantes não trabalhadores", em António Fragoso Sandra T. Valadas (coord.), *Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior*, Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 231-250.
- Murdoch, Jake, Christine Guégnard, Dorit Griga, Maarten Koomen, and Christian Imdorf (2016), "How Do Second-Generation Immigrant Students Access Higher Education? The Importance of Vocational Routes to Higher Education in Switzerland, France, and Germany", *Swiss Journal of Sociology*, 42 (2), pp. 245–263.
- Nogueira, José M.; Lara Querido; Nuno Nunes; Alexandra Ortiz; Maria do Carmos Botelho (2023), "Alunos com deficiência no ensino superior em Portugal", *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 12, n. 3, p. 1000–1018, DOI: 10.14393/REPOD-v12n3a2023-69998.
- OECD (2022a), *Resourcing Higher Education in Portugal*, Higher Education, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a91a175e-en>.
- OECD (2022b), *Trends Shaping Education 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/6ae8771a-en>.



- Oliveira, António J. Barbosa de, Eliane R. Pereira e Rosário Mauritti (Ed.), *Práticas Inovadoras em Gestão Universitária: Interfaces entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: UFRJ e Iscte.
- Pereira, Raquel (2019), *Ação Social no Ensino Superior Português: práticas, estratégias e impactos socioeconómicos*, Universidade Aberta (tese de doutoramento).
- Pedrosa, Júlio (coord.), Pedro Nuno Teixeira, Maria João Moreira e Artur Miguel Santoalha (2017), *Educação Superior em Portugal: Uma nova perspetiva*, Lisboa
- RAIDES/DGEEC (2012), *Ensino Superior: situação em 2012/13 dos inscritos pela primeira vez em 2011/12 Dados Estatísticos*, Lisboa, DGEEC/MCTES.
- Riva, E., Lister, K., and Jeglinska, W. (2024). Student and staff mental well-being in European higher education institutions, NESET report, Luxembourg: Publications Office of the European Union. doi: 10.2766/146281.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e Manuel Heitor et al (orgs.) (2015), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.
- Sardinha, B., Dias, O., Marques, B & Pereira, R. (2015). Estratégias de Ação Social no Ensino Superior Politécnico Português. Projeto de investigação POAFSE 000755402014. Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal.
- Seabra, Teresa, Cristina Roldão, Sandra Mateus, Adriana Albuquerque (2016) *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*, Lisboa, ACM.
- Silva, Augusto Santos, e Ana Serrano (2015), "A gestão do acesso ao ensino superior: entre a massificação e a regulação", em Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.
- Torotcoi, Simona, Delia Gologan, e Anastasia Kurysheva (2020), "What Works for Underrepresented Groups? Identifying Effective Measures for Enhancing Access to Higher Education in Europe", em A. Curaj et al. (eds.), *European Higher Education Area: Challenges for a New Decade*, https://doi.org/10.1007/978-3-030-56316-5_1
- Wit, Hans de, e Ligia Deca (2020), "Internationalization of Higher Education, Challenges and Opportunities for the Next Decade" em A. Curaj et al. (eds.), *European Higher Education Area: Challenges for a New Decade*, https://doi.org/10.1007/978-3-030-56316-5_1